



PC-CE

PROVA COMENTADA

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 25/05/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Polícia Civil do Estado do Ceará**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recurso e/ou que deve ser anulada, por apresentar duas alternativas corretas, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 18 e 67.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **PC-CE** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/f336a0e4-05c1-487d-acfa-ec0e14008016>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/3a1c2c91-5255-4797-84e8-37fc63ae00dc>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ

QUESTÃO 01. Nos termos da Constituição do Estado do Ceará, o Conselho de Segurança Pública é órgão com funções

a) consultivas e fiscalizadoras, tem autonomia administrativa e financeira, e goza de iniciativa para sua proposta orçamentária.

b) deliberativas e fiscalizadoras, goza de autonomia administrativa e financeira, e dispõe da dotação orçamentária que lhe seja diretamente vinculada.

c) consultivas e fiscalizadoras, goza de autonomia administrativa e financeira, e dispõe da dotação orçamentária que lhe seja diretamente vinculada.

d) consultivas e deliberativas, tem autonomia administrativa e financeira, e dispõe da dotação orçamentária que lhe seja diretamente vinculada.

e) consultivas e deliberativas, tem autonomia administrativa e financeira, e goza de iniciativa para sua proposta orçamentária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A se encontra incorreta ao afirmar que o Conselho de Segurança Pública possui iniciativa para sua proposta orçamentária, quando, em verdade, possui apenas dotações orçamentárias que lhe sejam diretamente vinculadas. Nesse ponto, a letra E também se encontra errada.

A alternativa C se encontra correta. Conforme disposto no artigo 180, *caput* e parágrafos, da Constituição do Estado do Ceará, o Conselho de Segurança Pública possui funções consultiva e fiscalizadora, autonomia administrativa e financeira e dotações orçamentárias diretamente vinculadas. Consequentemente, as demais alternativas se mostram erradas, pois não se coadunam com as disposições do artigo 180 da Constituição do Estado do Ceará.

As alternativas B, D e E estão incorretas. A função do Conselho de Segurança Pública é consultiva e fiscalizadora, o que já elimina as alternativas B, D e E. Todas as afirmativas possuem a informação correta sobre o Conselho de Segurança Pública possuir autonomia administrativa e financeira.

QUESTÃO 02. Se determinado estado da Federação publicar lei que trate de procedimento em matéria processual, ela será

- a) constitucional, por tratar de matéria legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.**
- b) constitucional, caso estabeleça normas específicas sobre o tema e já exista lei da União estabelecendo suas normas gerais.**
- c) constitucional, por tratar de matéria legislativa concorrente da União, dos estados e dos municípios.**
- d) inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa exclusiva da União.**
- e) inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa concorrente da União e do Distrito Federal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exige do candidato os conhecimentos acerca da repartição de competências estabelecido na Constituição Federal.

A alternativa A está correta, pois a matéria exigida na lei é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

As alternativas B e C estão incorretas. Como os Municípios estão excluídos da competência legislativa concorrente, incorreta está a alternativa C. Nos termos dos parágrafos 1º a 4º do artigo 24, percebe-se que a falta de norma geral editada pela União não impede os Estados de legislarem sobre o assunto. Na verdade, a falta de legislação sobre normas gerais editadas pela União, confere aos Estados a competência legislativa plena sobre o tema, logo, incorreta, também, a letra B.

As alternativas D e E estão incorretas. Os artigos 21 e 22 trazem as hipóteses de competências destinadas à União. O artigo 21 trata de temas de competências administrativas da União, denominadas de exclusivas, e não passíveis de delegação. O artigo 22 trata de competências legislativas da União, denominadas de privativas, e passíveis de delegação aos Estados-membros por meio de lei complementar. As competências administrativas poderão, também, ser comuns, e nesse caso serão de competência de todos os entes federativos, inclusive Municípios, conforme artigo 23 da Constituição Federal. As competências legislativas poderão ser concorrentes entre a União, os Estados e o Distrito Federal, nos termos do artigo 24 da Constituição Federal. Nessa hipótese, a União se limita a estabelecer regras gerais e os Estados editarão normas suplementares para atender a seu interesse local. A hipótese, lei estadual que trate de procedimento em matéria processual, está inserida no âmbito da iniciativa legislativa concorrente dos Estados (artigo 24, XI, Constituição Federal), logo, a lei é constitucional. As alternativas D e E, pelo fundamento acima, estão incorretas.

QUESTÃO 03. Conforme previsto na Constituição do Estado do Ceará, o Ministério Público nesse estado possui estrutura organizacional com as curadorias

a) do meio ambiente, do consumidor, dos grupos socialmente discriminados, da segurança pública e de ausentes e incapazes.

b) do meio ambiente, do consumidor, dos grupos socialmente discriminados, de acidente do trabalho e da segurança pública.

c) da segurança pública, do consumidor, dos grupos socialmente discriminados, de acidente do trabalho e de ausentes e incapazes.

d) do meio ambiente, do consumidor, dos grupos socialmente discriminados, de acidente do trabalho e de ausentes e incapazes.

e) do meio ambiente, da segurança pública, dos grupos socialmente discriminados, de acidente do trabalho e de ausentes e incapazes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão se encontra no artigo 133 da Constituição do Estado do Ceará, que estabelece que integra a estrutura organizacional do Ministério Público as curadorias: do meio ambiente; do consumidor; dos grupos socialmente discriminados; de acidentes de trabalho; e de ausentes e incapazes. Logo, as alternativas A, B, C e E estão incorretas e a alternativa D correta.

QUESTÃO 04. Considere que as condutas apresentadas nos itens a seguir tenham sido praticadas de maneira intencional.

I - Frederico ofereceu a um agente público, indiretamente, benefício indevido, em proveito de outra pessoa, a fim de que o agente público se abstivesse de praticar um ato no desempenho de suas funções oficiais.

II - Josias, agente público, aceitou benefício indevido para si, a fim de se abster de praticar um ato no desempenho de suas funções oficiais.

III - Emílio, servidor da administração pública indireta, nomeou seu cônjuge para o exercício de cargo em comissão na mesma pessoa jurídica em que é lotado.

A partir das informações apresentadas, é correto afirmar que são previstas como infrações penais na Convenção de Palermo as condutas de

a) Frederico, Josias e Emílio.

b) Frederico e Josias, somente.

c) Josias e Emílio, somente.

d) Emílio, somente.

e) Josias, somente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A convenção de Palermo, internalizada no Brasil pelo Decreto 5.015/2004, prevê no seu artigo 8 a criminalização da corrupção. A convenção exige que os atos nela previstos como infração penal dependem da intencionalidade do agente, ou seja, não se admite tais crimes quando praticados de maneira culposa. As condutas descritas como crime no artigo 8 da Convenção de Palermo, se assemelham aos crimes de corrupção ativa e passiva presentes no nosso Código Penal. Com base no artigo 8, item 1, “a” e “b”, da Convenção de Palermo, percebe-se que apenas as condutas de Frederico e Josias são infrações penais. Logo, correta a alternativa B e incorreta as demais alternativas.

QUESTÃO 05. A Constituição do Estado do Ceará prevê que o desenvolvimento de atividades educativas de proteção ao meio ambiente é atribuição

a) da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar, somente.

b) da Polícia Militar, somente.

c) do Corpo de Bombeiros Militar, somente.

d) da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, somente.

e) da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Nos termos do artigo 190, VII, da Constituição do Estado do Ceará, incumbe ao Corpo de Bombeiros, no âmbito estadual, a coordenação da defesa civil e o cumprimento entre outras, das atividades educativas de prevenção de incêndio, pânico coletivo, proteção ao meio ambiente e atividades socioculturais. Não há, no artigo 190 ou em outro dispositivo da Constituição do Estado do Ceará indicação de tal atividade aos demais órgãos indicados nas demais alternativas. A alternativa correta, portanto, é a letra C, e incorreta as demais.

QUESTÃO 06. No início de determinada sessão legislativa, uma proposta de emenda constitucional (PEC) e um projeto de lei (PL) foram rejeitados.

Na situação apresentada, segundo a Constituição Federal de 1988, ainda na mesma sessão legislativa,

a) a matéria constante do PL, mas não a da PEC, pode ser objeto de nova proposta, desde que apresentada pela maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.

b) a matéria constante da PEC, mas não a do PL, pode ser objeto de nova proposta, desde que apresentada pela maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

c) as matérias constantes da PEC e do PL poderão ser objeto de novas propostas, desde que apresentadas por 2/3 dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.

d) as matérias constantes da PEC e do PL poderão ser objeto de novas propostas, desde que apresentadas pela maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.

e) as matérias constantes da PEC e do PL não poderão ser objeto de novas propostas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O artigo 60, § 5º, Constituição Federal, é claro ao afirmar que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa. O artigo 67, Constituição Federal, permite que a matéria constante de projeto de lei rejeitado poderá ser novamente reapresentado, na mesma sessão legislativa, se houver proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.

As alternativas B, C e D, por informarem que a matéria constante da PEC pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa estão incorretas.

As alternativas B e E, por excluírem a possibilidade do PL ser apresentado na mesma sessão legislativa estão incorretas.

QUESTÃO 07. A impetração de mandado de segurança coletivo, por entidade de classe

a) depende da autorização de 2/3 dos seus associados.

b) depende da autorização da maioria absoluta dos seus associados.

c) condiciona-se ao requisito de que a pretensão veiculada seja do interesse de toda a categoria.

d) independe de autorização dos seus associados.

e) condiciona-se ao requisito de a entidade estar constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O mandado de segurança coletivo encontra previsão no artigo 5º, LXX, Constituição Federal, que estabelece que poderá ser impetrado por: partido político; ou organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses dos seus membros ou associados. A primeira discussão é: a impetração de mandado de segurança coletivo depende de autorização dos membros ou associados? A súmula 629 do Supremo Tribunal Federal diz que a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização dos associados. A jurisprudência do STJ caminha no mesmo sentido, pois afirma que no mandado de segurança coletivo tem-se hipótese de substituição processual, logo, a autorização dos substituídos é desnecessária para a impetração (REsp 1.841.604). Logo, correta a alternativa D e incorretas as alternativas A e B.

A alternativa C está incorreta, pois a súmula 630 do Supremo Tribunal Federal afirma que a entidade de classe tem legitimidade para impetrar mandado de segurança ainda que a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da categoria, logo, não é requisito para a impetração do mandado de segurança coletivo que a pretensão veiculada seja do interesse de toda a categoria.

A alternativa E está incorreta pois o requisito de pré-constituição é específico para as associações, não se exigindo das organizações sindicais e das entidades de classe que estejam pré-constituídas há pelo menos um ano para impetrarem mandado de segurança coletivo (Curso de Direito Constitucional, Flávio Martins).

QUESTÃO 08. Ana, pessoa idosa, passou a ter incapacidade civil absoluta; Maria, com 21 anos de idade, passou a ter incapacidade civil absoluta; Lúcio, chileno naturalizado brasileiro, teve sua naturalização cancelada por sentença transitada em julgado.

Em relação aos direitos políticos das citadas pessoas nas situações apresentadas, é correto afirmar que

- a) Maria e Lúcio tiveram seus direitos políticos cassados.**
- b) Lúcio perdeu seus direitos políticos.**
- c) Ana e Lúcio tiveram seus direitos políticos cassados.**
- d) Lúcio teve seus direitos políticos suspensos.**
- e) Ana e Lúcio tiveram seus direitos políticos suspensos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

As hipóteses de perda e suspensão dos direitos políticos estão no artigo 15 da Constituição Federal, sendo vedado, segundo o referido dispositivo, a cassação dos direitos políticos. Logo, incorretas as alternativas A e C, uma vez que não há, em nosso ordenamento, a hipótese de cassação dos direitos políticos. As situações de Ana, Maria e Lúcio estão previstas no artigo 15 da Constituição Federal como hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos. O ponto sensível, no entanto, é que a Constituição Federal não distingue

qual das situações são de perda e quais são de suspensão dos referidos direitos, ficando a cargo da doutrina identificar e diferenciar quando ocorrerá a perda e quando ocorrerá a suspensão dos direitos políticos. A doutrina costuma apontar que as hipóteses de perda são definitivas e as hipóteses de suspensão são temporárias, ou seja, incidindo em causa de perda dos direitos políticos, não haveria a possibilidade de reavê-los, enquanto incidindo em situação de suspensão, será possível reaver posteriormente os direitos políticos, quando cessar a situação que ensejou a suspensão. A incapacidade civil absoluta, em tese, é passível de reversão, razão pela qual a doutrina enxerga como hipótese de suspensão dos direitos políticos. No caso de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, estamos diante de uma hipótese definitiva que acarreta a perda dos direitos políticos. Logo, as alternativas D e E, se encontram incorretas, restando como alternativa correta apenas a alternativa B.

QUESTÃO 09. De acordo com a Constituição Federal de 1988, constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão,

- a) a prática de tortura.
- b) a ação de grupos armados contra a ordem constitucional.
- c) o terrorismo.
- d) o tráfico ilícito de entorpecentes.
- e) a prática de racismo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

São crimes inafiançáveis e imprescritíveis, segundo a Constituição Federal, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático e a prática do racismo (artigo 5º, XLII e XLIV). Logo, incorretas as alternativas A, C e D.

Atentando-se ao comando da questão e à literalidade da Constituição Federal, apenas em relação ao racismo a Constituição estabelece que estará sujeito à pena de reclusão, não havendo previsão específica quanto à modalidade de pena em relação a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. Correta, portanto, a letra E e incorreta a letra B.

QUESTÃO 10. A Convenção de Mérida prevê que cada Estado-parte, quando for apropriado e de conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, (procure (adotar/ sistemas de convocação, contratação, retenção, promoção e aposentadoria de funcionários públicos e, quando proceder, de outros funcionários públicos não empossados, ou manter e fortalecer tais sistemas, os quais devem estar baseados em princípios de

- a) legalidade e impessoalidade.
- b) moralidade e impessoalidade.
- c) eficiência e transparência.
- d) moralidade e transparência.
- e) legalidade e eficiência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A convenção de Mérida, que busca combater a corrupção, foi internalizada no Brasil através do Decreto 5.687/2006. O artigo 7, item 1, "a", da referida convenção estabelece que os princípios em questão são os princípios de eficiência e transparência, sendo correta, portanto, a alternativa C e incorretas as alternativas A, B, D e E.

QUESTÃO 11. Acerca da realização de exame psicotécnico em concursos públicos, julgue os próximos itens, de acordo com o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

I. De acordo com o STF, admite-se a realização de exame psicotécnico em concursos públicos, desde que a lei da carreira expressamente o preveja como requisito para acesso ao cargo.

II. Para que a exigência do exame psicotécnico seja válida, é necessária sua previsão tanto no edital do concurso público quanto em lei em sentido amplo.

III. De acordo com o STJ, os critérios de avaliação do exame psicotécnico devem ser objetivos.

VI. Deve haver possibilidade de o candidato interpor recurso contra o resultado do exame psicotécnico.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- b) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão exige o conhecimento jurisprudencial sobre a necessidade de exames psicotécnicos em concursos públicos. O STJ e o STF exigem outros requisitos à validade do teste psicotécnico, de modo que, para que seja válido em concursos públicos, o exame psicotécnico deverá cumprir os seguintes requisitos: a) o exame precisa estar previsto em lei e no edital; b) deverão ser adotados critérios objetivos no teste; c) deverá haver a possibilidade de o candidato prejudicado apresentar recurso contra o resultado. (STF. Plenário. AI 758.533-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 13/8/2010; STJ. 2ª Turma. AgRg no REsp 1404261/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 11/02/2014)

O item I está correto, segundo a Súmula vinculante 44-STF: “Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público”.

O item II está incorreto, pois o exame precisa estar previsto em lei e no edital (STF. Plenário. AI 758.533-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 13/8/2010; STJ. 2ª Turma. AgRg no REsp 1404261/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 11/02/2014). Desta forma, a previsão deve se dar em lei em sentido estrito, e não em sentido amplo.

O item III está correto, visto que deverão ser adotados critérios objetivos no teste (STF. Plenário. AI 758.533-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 13/8/2010; STJ. 2ª Turma. AgRg no REsp 1404261/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 11/02/2014).

O item IV está correto, porque deverá haver a possibilidade de o candidato prejudicado apresentar recurso contra o resultado. (STF. Plenário. AI 758.533-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 13/8/2010; STJ. 2ª Turma. AgRg no REsp 1404261/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 11/02/2014).

QUESTÃO 12. A respeito do processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a opção correta de acordo com o entendimento jurisprudencial do STF.

a) A falta de intimação do servidor público após a apresentação do relatório final pela comissão processante configura ofensa às garantias do contraditório e da ampla defesa.

b) Não é possível que prova produzida em PAD declarado nulo seja aproveitada para a instrução de novo PAD, ainda que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

c) No ato de instauração do PAD, a autoridade instauradora deve nomear advogado para que este apresente a defesa técnica do servidor público, caso contrário haverá ofensa à Constituição Federal de 1988.

d) A falta de defesa técnica por advogado não ofende o princípio da ampla defesa, previsto na Constituição Federal de 1988.

e) No ato de instauração do PAD, o servidor público deve nomear advogado para que este ofereça sua defesa técnica, para fins de garantia da ampla defesa e do contraditório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão exige o conhecimento jurisprudencial acerca do processo administrativo disciplinar.

A alternativa A está incorreta, segundo entendimento do STJ: “A falta de intimação do servidor público, após a apresentação do relatório final pela comissão processante, em processo administrativo disciplinar, não configura ofensa às garantias do contraditório e da ampla defesa, ante a ausência de previsão legal. Em processo administrativo disciplinar, apenas se declara a nulidade de um ato processual quando houver efetiva demonstração de prejuízo à defesa, por força da aplicação do princípio *pas de nullité sans grief*, não havendo efetiva comprovação, pelo Impetrante, de prejuízos por ele suportados. (STJ. 1ª Seção. MS 22.750-DF, Rel. Min. Regina Helena Costa, julgado em 9/8/2023)

A alternativa B está incorreta, nos termos da Edição 147 da jurisprudência em teses do STJ: “9) É possível o aproveitamento de prova produzida em processo administrativo disciplinar declarado nulo para a instrução de novo PAD, desde que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, e que o vício que ensejou referida nulidade não recaia sobre a prova que se pretende aproveitar.”

A alternativa C está incorreta, segundo a Súmula Vinculante n. 5: “A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.”

A alternativa D está correta, nos termos da Súmula Vinculante n. 5, acima transcrita.

A alternativa E está incorreta, segundo a Súmula Vinculante n. 5, acima transcrita.

QUESTÃO 13. Em relação à tomada de decisão coordenada em processo administrativo federal, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 9.784/1999.

a) Devem participar da decisão coordenada em processo administrativo federal todas as autoridades e agentes decisórios, excluindo-se os responsáveis pela instrução técnico-jurídica do processo em questão.

b) Decisão coordenada é aquela tomada quando da atuação compartilhada entre instâncias de natureza interinstitucional ou intersetorial com a finalidade de incrementar a complexidade do processo administrativo.

c) A decisão coordenada é aplicável a processos administrativos federais de licitação relacionados ao poder sancionador ou em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.

d) A decisão coordenada poderá ser tomada sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.

e) A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou atividade envolvida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão exige o conhecimento legal acerca do processo administrativo, notadamente sobre a decisão coordenada.

A alternativa A está incorreta, segundo art. 49-A, §1º, da Lei 9.784/99: “Para os fins desta Lei, considera-se decisão coordenada a instância de natureza interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada com a finalidade de simplificar o processo administrativo mediante participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observada a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente.”

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 49-A, §1º, da Lei 9.784/99, acima transcrito.

A alternativa C está incorreta, segundo art. 49-A, §6º, da Lei 9.784/99: “Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos: I - de licitação; II - relacionados ao poder sancionador; ou III - em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.”

A alternativa D está correta, nos termos do art. 49-A da Lei 9.784/99: “No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que I - for justificável pela relevância da matéria; e II - houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.”

A alternativa E está incorreta, segundo art. 49-A, §4º, da Lei 9.784/99 “A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.

QUESTÃO 14. Considerando as disposições da Lei n.º 9.784/1999 acerca do benefício da prioridade de tramitação em processo administrativo federal, assinale a opção correta.

a) A pessoa interessada no benefício em questão não é obrigada a juntar prova de sua condição, pois esse ônus é da administração pública.

b) Os autos dos processos administrativos dos beneficiários da prioridade de tramitação devem receber identificação própria que evidencie a tramitação prioritária.

c) O rol de possíveis beneficiários da prioridade na tramitação de processo administrativo limita-se a pessoas com deficiência, física ou mental, e pessoas com idade superior a 60 anos.

d) O A autoridade administrativa não é obrigada a determinar providências relacionadas à prioridade de tramitação em procedimentos administrativos em que figurem pessoas vulneráveis, podendo ser aplicado o juízo de conveniência e oportunidade.

e) O citado benefício é garantido ao interessado com diagnóstico de HIV devidamente emitido pela medicina especializada, salvo se o diagnóstico da doença for dado no decurso do processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão explora o conhecimento legal acerca da prioridade de tramitação no procedimento administrativo federal.

A alternativa A está incorreta, segundo art. 69-A, §1º, da Lei 9.784/99: “A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas”

A alternativa B está correta, nos termos do art. 69-A, §2º, da Lei 9.784/99:” Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.”

A alternativa C está incorreta, pois o rol é extenso, segundo art. 69-A da Lei 9.784/99: “terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado: I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental; e pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.”

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 69-A da Lei 9.784/99, acima transcrito.

A alternativa E está incorreta, pois terá prioridade a pessoa portadora de síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo, segundo art. 69-A da Lei 9.784/99.

QUESTÃO 15. Um delegado de polícia foi condenado por ter cometido, de forma culposa, ato de improbidade administrativa que causou dano ao erário. A conduta foi praticada antes da vigência da Lei n.º 14.230/2021, que alterou a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Após a prolação da decisão condenatória e antes do seu trânsito em julgado, o STF fixou várias teses no Tema 1.199, de repercussão geral, tendo estabelecido os critérios que devem ser observados para a tipificação de atos de improbidade. Considerando essa situação hipotética e a jurisprudência aplicável do STF, julgue os itens a seguir.

I Se a condenação houver apontado culpa gravíssima na responsabilidade subjetiva, o delegado de polícia continuará responsabilizado pelo ato de improbidade administrativa.

II O delegado de polícia poderá ser beneficiado pela retroatividade da norma benéfica, prevista na Lei n.º 14.230/2021, uma vez que não houve o trânsito em julgado da decisão condenatória.

III Deverá ser aplicado ao processo o novo regime prescricional de 8 anos previsto na Lei n.º 14.230/2021, que deve ser observado imediatamente, conforme o princípio do *tempus regit actum*.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão explora o conhecimento jurisprudencial acerca das inovações na Lei de improbidade administrativa, promovidas pela Lei 14.230/21.

O item I está incorreto, visto que, caso a condenação do delegado tenha se dado por culpa, e ainda não tenha transitado em julgado, essa não persistirá, pois, a nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente. STF. Plenário. ARE 843989/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 18/8/2022 (Repercussão Geral – Tema 1.199))

O item II está correto, segundo Tema 1.100 de repercussão e entendimento do STJ, segundo qual, ao julgar o Tema 1.199, o STF decidiu que as alterações benéficas ao réu previstas na Lei nº 14.230/2021 não poderiam incidir caso já houvesse condenação transitada em julgado. Por outro lado, o STF decidiu que as alterações benéficas da Lei nº 14.230/2021 poderiam ser aplicadas aos processos em curso, mesmo que já houvesse condenação, desde que ainda não tivesse coisa julgada. (STJ. 1ª Turma. AgInt no AREsp 2.380.545-SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 6/2/2024)

O item III está incorreto, pois, como decidiu o STF, o novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei. (STF. Plenário. ARE 843989/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 18/8/2022 (Repercussão Geral – Tema 1.199))

QUESTÃO 16. Com base no entendimento do STJ acerca da intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a opção correta.

a) Será devida, em regra, indenização por limitação administrativa ao direito de edificar advinda da criação de área *non aedificandi*, mesmo que não fique demonstrado prejuízo causado ao proprietário.

b) O tombamento do Plano Piloto de Brasília está restrito à sua estrutura física, não abrangendo seu singular conceito paisagístico e urbanístico.

c) É indevida indenização por expropriação de imóvel adquirido após a imposição de limitação administrativa, pois se presume que as restrições de uso e gozo da propriedade já tenham sido consideradas na fixação do preço do imóvel.

d) No ato de tombamento geral, devem constar individualizados os bens abarcados pelo tombo, pois as restrições não se estendem à totalidade dos imóveis situados na área tombada.

e) Qualquer construção acrescida ao conjunto arquitetônico tombado deverá ser demolida, mesmo se inexistir ofensa à harmonia estética.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão explora o conhecimento jurisprudencial sobre a intervenção do Estado na propriedade privada, especialmente o tombamento e a limitação administrativa.

A alternativa A está incorreta, segundo Edição 127 da jurisprudência em teses do STJ: “4) A indenização pela limitação administrativa ao direito de edificar, advinda da criação de área *non aedificandi*, somente é devida se imposta sobre imóvel urbano e desde que fique demonstrado o prejuízo causado ao proprietário da área.”

A alternativa B está incorreta, segundo Edição 127 da jurisprudência em teses do STJ: “3) O tombamento do Plano Piloto de Brasília abrange o seu singular conceito urbanístico e paisagístico, que expressa e forma a própria identidade da capital federal.”

A alternativa C está correta, segundo Edição 127 da jurisprudência em teses do STJ: “5) É indevido o direito à indenização se o imóvel expropriado foi adquirido após a imposição de limitação administrativa, porque se supõe que as restrições de uso e gozo da propriedade já foram consideradas na fixação do preço do imóvel.”

A alternativa D está incorreta, segundo Edição 127 da jurisprudência em teses do STJ: “1) O ato de tombamento geral não precisa individualizar os bens abarcados pelo tombamento, pois as restrições impostas pelo Decreto-Lei n. 25/1937 se estendem à totalidade dos imóveis pertencentes à área tombada.”

A alternativa E está incorreta, segundo Edição 127 da jurisprudência em teses do STJ: “2) Inexistindo ofensa à harmonia estética de conjunto arquitetônico tombado, não há falar em demolição de construção acrescida.”

QUESTÃO 17. De acordo com o entendimento do STJ em relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

a) É possível a usucapião do domínio útil de bem público sobre o qual tenha sido instituída a enfiteuse, por não ter havido prejuízo ao Estado com a mera substituição do enfiteuta pelo usucapiente.

b) Imóvel vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) não está afetado à prestação de serviço público e, por isso, não deve ser tratado como bem público; logo, está sujeito à usucapião.

c) Construção ou atividade irregular em bem de uso comum do povo não caracteriza dano presumido, devendo ser demonstrado o prejuízo em concreto.

d) A União perderá o domínio das terras devolutas situadas em faixas de fronteira e indispensáveis à defesa destas se houver inércia ou tolerância em relação aos possuidores ou detentores, nos casos de concessão pelos estados.

e) Os bens pertencentes às sociedades de economia mista sujeitos a destinação pública estão suscetíveis à prescrição aquisitiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exige o conhecimento jurisprudencial acerca dos bens públicos.

A alternativa A está correta, segundo Edição 124 da jurisprudência em teses do STJ: “4) É possível reconhecer a usucapião do domínio útil de bem público sobre o qual tinha sido, anteriormente, instituída enfiteuse, pois, nessa circunstância, existe apenas a substituição do enfiteuta pelo usucapiente, não havendo qualquer prejuízo ao Estado.

A alternativa B está incorreta, segundo Edição 124 da jurisprudência em teses do STJ: 3) O imóvel vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação - SFH, porque afetado à prestação de serviço público, deve ser tratado como bem público, não podendo, pois, ser objeto de usucapião.

A alternativa C está incorreta, segundo Edição 124 da jurisprudência em teses do STJ: “10) Construção ou atividade irregular em bem de uso comum do povo revela dano presumido à coletividade, dispensada prova de prejuízo em concreto.”

A alternativa D está incorreta, nos termos da Edição 124 da jurisprudência em teses do STJ: “6) As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos Estados, autorizam, apenas, o uso, permanecendo o domínio com a União, ainda que se mantenha inerte ou tolerante, em relação aos possuidores. (Súmula n. 477/STF)”

A alternativa E está incorreta, conforme Edição 124 da jurisprudência em teses do STJ :” 1) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista sujeitos a uma destinação pública equiparam-se a bens públicos, sendo, portanto, insuscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.”

QUESTÃO 18. Acerca de licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta conforme o entendimento do STJ.

a) Não se consubstancia dano presumido ao erário no âmbito de contratação direta, mesmo que não caracterizada situação de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

b) Posterior homologação ou adjudicação do objeto licitado implica, automaticamente, a perda do interesse processual de ação em que se alegam nulidades no certame licitatório.

c) Mesmo havendo nulidade contratual decorrente de ausência de licitação, a administração pública deve pagar pelos serviços efetivamente prestados, exceto nos casos de má-fé do contratado ou de ele haver concorrido para a nulidade.

d) É admissível a participação, em certame licitatório, de empresa em cujo quadro de pessoal haja servidor público efetivo ou comissionado do órgão contratante, caso tal servidor esteja de licença à época do certame.

e) No caso de concessão de serviço público por meio de contrato de caráter precário, é cabível a prorrogação indefinida desse contrato, sem necessidade de realização de certame licitatório.

Comentários

As alternativas corretas são as **letras A e C**. Assim, a questão é passível de recurso. A questão explora o conhecimento jurisprudencial sobre as licitações e contratos administrativos, constantes da Edição 97 da jurisprudência em teses do STJ.

A alternativa A está correta, conforme Edição 97 da jurisprudência em teses do STJ: “8) A contratação direta, quando não caracterizada situação de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, gera lesão ao erário (dano in re ipsa), na medida em que o Poder Público perde a oportunidade de contratar melhor proposta.” Contudo, a nova redação do art. 10, VIII, da LIA, exige perda patrimonial efetiva para que a frustração da licitude do processo licitatório se constitua em uma lesão ao erário. Neste sentido: “Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (...) VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva;” Assim, apesar da alternativa estar incorreta, segundo a jurisprudência do STJ, a afirmativa está atualmente mais tecnicamente correta.

A alternativa B está incorreta, conforme Edição 97 da jurisprudência em teses do STJ: “10) A superveniente homologação/adjudicação do objeto licitado não implica a perda do interesse processual na ação em que se alegam nulidades no procedimento licitatório.”

A alternativa C está correta, conforme Edição 97 da jurisprudência em teses do STJ: “9) A alegação de nulidade contratual fundamentada na ausência de licitação não exime o dever de a administração pública pagar pelos serviços efetivamente prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, quando comprovados, ressalvadas as hipóteses de má-fé ou de haver o contratado concorrido para a nulidade.”

A alternativa D está incorreta, conforme Edição 97 da jurisprudência em teses do STJ: “2) Ainda que o servidor esteja de licença à época do certame, não é possível a participação de empresa que possua no seu quadro de pessoal servidor público, efetivo ou ocupante de cargo em comissão/função gratificada, ou dirigente do órgão contratante ou responsável pela licitação.”

A alternativa E está incorreta, conforme Edição 97 da jurisprudência em teses do STJ: “5) Nos termos do §2º do art. 42 da Lei n. 8.987/1995, a administração deve promover certame licitatório para novas concessões de serviços públicos, não sendo razoável a prorrogação indefinida de contratos de caráter precário.”

QUESTÃO 19. Assinale a opção correta no que se refere ao entendimento do STJ acerca do PAD.

a) Haverá cerceamento de defesa no PAD se a oitiva de testemunha deixar de ser realizada ante a ausência da testemunha, mesmo quando intimada para a audiência.

b) É necessária a intimação pessoal do servidor da decisão proferida no PAD, mesmo se este for representado por advogado, sendo insuficiente a publicação no Diário Oficial.

c) A mera ausência do servidor acusado ou de seu procurador gera nulidade da colheita de depoimento de testemunha, mesmo que um deles tenha sido intimado sobre a realização de audiência no PAD.

d) Se o interrogatório deixar de ocorrer por contribuição do próprio investigado, não será caracterizado o cerceamento de defesa, ante a impossibilidade de ele se favorecer de uma nulidade a que ele próprio deu causa.

e) Se o advogado constituído para a oitiva de testemunhas não for intimado, haverá nulidade do PAD, mesmo que o servidor investigado tenha sido intimado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, segundo edição 147 da jurisprudência em teses do STJ: “4) A não realização da oitiva de testemunha não constitui cerceamento de defesa no PAD quando há o esgotamento das diligências para sua intimação ou ainda, quando intimada, a testemunha tenha deixado de comparecer à audiência.”

A alternativa B está incorreta, segundo edição 147 da jurisprudência em teses do STJ: “2) É dispensada a intimação pessoal do servidor representado por advogado, sendo suficiente a publicação da decisão proferida no PAD no Diário Oficial da União.”

A alternativa C está incorreta, segundo edição 147 da jurisprudência em teses do STJ: “6) A simples ausência de servidor acusado ou de seu procurador não macula a colheita de depoimento de testemunha no PAD, desde que pelo menos um deles tenha sido intimado sobre a realização da audiência.”

A alternativa D está correta, segundo edição 147 da jurisprudência em teses do STJ:” 1) Não caracteriza cerceamento de defesa no PAD a ausência de interrogatório para a qual contribuiu o próprio investigado, ante a impossibilidade de favorecimento a quem deu causa à alegada nulidade.”

A alternativa E está incorreta, segundo edição 147 da jurisprudência em teses do STJ:” 5) A falta de intimação de advogado constituído para a oitiva de testemunhas não gera nulidade se intimado o servidor investigado.”

QUESTÃO 20. De acordo com a Lei n.º 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis), assinale a opção correta.

a) As policiais civis femininas têm garantia de retorno e permanência na mesma lotação durante um ano após o retorno de licença-maternidade.

b) Compete à lei orgânica da polícia civil de cada estado, de iniciativa do respectivo governador, estabelecer regras específicas sobre diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária, devendo ser observadas as normas gerais previstas na Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis.

c) Em caso de morte de servidor policial, seus dependentes apenas farão jus a pensão vitalícia se a morte houver decorrido de doença ocupacional ou do exercício da função policial, sendo a pensão equivalente à remuneração do cargo da classe e do nível mais elevados à época do falecimento.

d) Em virtude da atividade de risco exercida, o policial civil pode ser promovido, de forma póstuma, à classe superior, desde que haja vaga disponível.

e) Caso seja aplicada a penalidade de demissão no âmbito de processo disciplinar contra policial civil, ser-lhe-á garantido o direito de interpor recurso diretamente a o chefe do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão explora o conhecimento sobre a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis.

A alternativa A está incorreta, segundo o art. 30, XV, da Lei 14.735/23: “São assegurados aos policiais civis em atividade os seguintes direitos e garantias, sem prejuízo de outros estabelecidos em lei: (...) XV - garantia de retorno e de permanência na mesma lotação durante 6 (seis) meses após o retorno da licença maternidade;”

A alternativa B está correta, segundo art. 3º, VI, da Lei 14.735/23: “A lei orgânica da polícia civil de cada Estado, do Distrito Federal e de cada Território, cuja iniciativa cabe ao respectivo governador, deve estabelecer, observadas as normas gerais previstas nesta Lei, regras específicas sobre: (...) VI - diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária.”

A alternativa C está incorreta, segundo art. 30, §9º, da Lei 14.735/23: “Na forma da lei do respectivo ente federativo, em caso de morte de servidor policial civil decorrente de agressão, de contaminação por moléstia grave, de doença ocupacional ou em razão da função policial, os dependentes farão jus a pensão equivalente à remuneração do cargo da classe mais elevada e nível à época do falecimento, que será vitalícia para o cônjuge ou companheiro.”

A alternativa D está incorreta, segundo art. 30, §12, da Lei 14.735/23: “Em virtude da atividade de risco exercida, o policial civil pode ser promovido, de forma póstuma, à classe superior, independentemente da existência de vagas.”

A alternativa E está incorreta, segundo art. 10, §3º, da Lei 14.735/23: “É garantido o duplo grau de revisão do julgamento nos processos disciplinares na hipótese de penalidade de demissão, mediante recurso ao Conselho Superior de Polícia Civil e, em última instância, ao Chefe do Poder Executivo.”

QUESTÃO 21. Assinale a opção correta no que se refere à teoria da imputação objetiva no direito penal.

- a) Segundo essa teoria, é irrelevante o risco permitido na análise do fato típico.
- b) A referida teoria fundamenta-se na criação ou no incremento de risco juridicamente proibido para a imputação penal.
- c) Consoante os fundamentos dessa teoria, a imputação objetiva é incompatível com crimes culposos.
- d) Nessa teoria, dispensa-se a relação de causalidade para a atribuição de responsabilidade penal.
- e) Na imputação objetiva, exige-se apenas a comprovação de nexos causal para a responsabilização penal do agente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a teoria da imputação objetiva.

A alternativa A está incorreta. A teoria da imputação objetiva considera o risco permitido como um elemento crucial. A conduta que cria um risco permitido não é imputável penalmente, pois o risco é socialmente aceito e não proibido pelo ordenamento jurídico

A alternativa B está correta. A teoria da imputação objetiva, desenvolvida principalmente na doutrina alemã, busca limitar a imputação do resultado ao agente, indo além da mera relação de causalidade naturalística. Ela exige que o agente crie ou incremente um risco não permitido (ou juridicamente desaprovado) e que esse risco se concretize no resultado típico. Se não houver criação de risco proibido — por exemplo, se o risco é permitido (como no exercício regular de um direito, legítima defesa, ou atuação em conformidade com o dever) — não há tipicidade penal, ainda que haja nexos causal.

A alternativa C está incorreta. A imputação objetiva se aplica tanto aos crimes dolosos quanto aos culposos, especialmente na análise do risco e da previsibilidade no crime culposos.

A alternativa D está incorreta. A teoria não dispensa o nexos de causalidade; ela o complementa. O nexos causal é necessário, mas não suficiente.

A alternativa E está incorreta. O nexos causal é necessário, mas não suficiente. A imputação objetiva exige também a criação de risco não permitido e sua concretização.

QUESTÃO 22. Em relação às escolas penais e a sua evolução histórica metodológica, assinale a opção correta.

- a) A escola positivista, apesar de seu forte vínculo com a E determinismo biológico e social, consagrou a noção de pena retributiva como instrumento de justiça moral e universal, mantendo vínculo com o livre-arbítrio do agente.

b) A terceira escola, também chamada de escola eclética, buscou superar o antagonismo entre as escolas clássica e positiva mantendo a estrutura dogmática da imputabilidade e introduzindo as medidas de segurança para os inimputáveis.

c) A escola técnico-jurídica, cujo maior expoente foi Cesare Lombroso, rejeitou qualquer forma de construção lógico-dedutiva ao conceber o delito exclusivamente como ente natural e estatístico, e excluiu do seu sistema o princípio da culpabilidade.

d) A escola moderna alemã, fundada por Carrara e Pessina, inaugurou a dogmática penal com ênfase no direito penal mínimo e defendeu a abolição da pena privativa de liberdade e sua substituição por sanções meramente preventivas.

e) A escola clássica, ainda que tenha defendido o princípio e responsabilidade moral, baseava-se em métodos empíricos de observação e análise estatística, fundando suas conclusões na psicologia criminal e na periculosidade do agente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre as escolas penais.

A alternativa A está incorreta. A descrição é da escola clássica, não da escola positivista. A escola positivista rejeita o livre-arbítrio, adotando o determinismo.

A alternativa B está correta. A terceira escola (ou escola eclética) surgiu como uma tentativa de conciliar os fundamentos da escola clássica (baseada na dogmática, no livre-arbítrio e na pena retributiva) com os da escola positivista (fundada no determinismo e na observação empírica). Ela manteve conceitos da dogmática penal, como a imputabilidade, mas também incorporou elementos preventivos e medidas de segurança aplicáveis aos inimputáveis e socialmente perigosos, que não podiam ser punidos com pena tradicional.

A alternativa C está incorreta. Cesare Lombroso é expoente da escola positivista, não da escola técnico-jurídica, que surge depois, com enfoque puramente normativo.

A alternativa D está incorreta. Carrara e Pessina são expoentes da escola clássica, não da escola moderna alemã. Além disso, essa escola não defendeu a abolição da pena privativa de liberdade, mas sim sua racionalização.

A alternativa E está incorreta. A escola clássica não utilizava métodos empíricos nem análise estatística. Baseava-se no racionalismo, no livre-arbítrio e na lógica jurídico-dedutiva, ao contrário da escola positivista, que utilizava a observação empírica e dados estatísticos.

QUESTÃO 23. O princípio da insignificância

a) é inaplicável a crimes ambientais, segundo a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores.

b) é inaplicável a crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

c) é inaplicável a crimes tributários federais.

d) é aplicável, de forma irrestrita, aos crimes contra a administração pública.

e) sempre exclui a culpabilidade do agente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão dispõe sobre o princípio da insignificância.

A alternativa A está incorreta. Há divergência, não há jurisprudência consolidada neste caso. Segundo entendimento do STJ na Jurisprudência em teses Edição n. 220- Princípio da insignificância: “7) Nos crimes ambientais, é cabível a aplicação do princípio da insignificância como causa excludente de tipicidade da conduta, desde que presentes os seguintes requisitos: conduta minimamente ofensiva, ausência de periculosidade do agente, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e lesão jurídica inexpressiva.”

A alternativa B está correta. Assertiva dispõe a literalidade da súmula 589 do STJ: “É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.”

A alternativa C está incorreta. O princípio da insignificância pode ser aplicável nos crimes tributários federais, conforme entendimento do STJ: “Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias n. 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda. (REsp 1.688.878-SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, por maioria, julgado em 28/02/2018, DJe 04/04/2018 (Tema 157).).”

A alternativa D está incorreta. A Súmula 599 do STJ prevê: “O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração Pública”. Mas o STJ vem excepcionando tal entendimento conforme Jurisprudência em teses Edição n. 220- Princípio da insignificância: “2) É possível, excepcionalmente, afastar a incidência da Súmula n. 599/STJ para aplicar o princípio da insignificância aos crimes praticados contra a administração pública quando for ínfima a lesão ao bem jurídico tutelado.”

A alternativa E está incorreta. O princípio da insignificância exclui a tipicidade material, e não a culpabilidade do agente.

QUESTÃO 24. Assinale a opção correta, considerando a interpretação sistemática do Código Penal, bem como a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores.

a) Tal como sucede com a reincidência, revela-se juridicamente inadmissível, para fins de valoração negativa dos antecedentes na primeira fase da dosimetria da pena, a utilização de condenações cujas

penas tenham sido integralmente extintas há mais de cinco anos em relação à nova infração penal, sob pena de violação ao princípio da proporcionalidade e à regra depuradora prevista no inciso I do art. 64 do Código Penal.

b) O limite máximo de 40 anos para o cumprimento sequencial ou cumulativo das penas privativas de liberdade, estabelecido pelo Código Penal, permanece inalterável e absoluto mesmo diante da eventualidade de novas condenações por crimes cometidos após o início do cumprimento da pena originária, devendo sempre ser contabilizado o tempo já cumprida pelo sentenciado.

c) A multa prevista na legislação penal caracteriza-se como sanção cuja prestação em dinheiro deve ser obrigatoriamente revertida à vítima ou aos seus dependentes legais, sendo o valor pago considerado crédito a ser abatido, posteriormente, da quantia eventualmente fixada em ação civil indenizatória decorrente do mesmo fato.

d) A inexistência, em decisão judicial, de determinação expressa de suspensão ou revogação do livramento condicional, caso transcorrido integralmente o período de prova, não autoriza, por si só, a declaração judicial da extinção da punibilidade em razão do integral cumprimento da pena.

e) Presente o dolo específico de satisfazer a lascívia, própria ou de terceiro, a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos de idade configura o crime de estupro de vulnerável independentemente da ligeireza ou da superficialidade da conduta, não sendo possível a desclassificação para o delito de importunação sexual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre jurisprudência dos tribunais superiores.

A alternativa A está incorreta. A regra do art. 64, inciso I, do CP, dispõe que antecedentes extintos há mais de 5 anos não devem ser considerados para aumentar pena, mas a valoração negativa dos antecedentes na primeira fase da dosimetria pode incluir condenações mesmo passadas, respeitados os limites legais. Além disso, o tema é controvertido e depende da interpretação da jurisprudência.

A alternativa B está incorreta. O limite máximo de cumprimento de pena em regime fechado no Brasil é de 40 anos, mas há discussão sobre como ele se aplica para novas condenações após início do cumprimento da pena anterior, não sendo totalmente absoluto e podendo haver exceções.

A alternativa C está incorreta. A multa penal não é necessariamente revertida à vítima; geralmente é para o Fundo Penitenciário ou do órgão competente. A restituição à vítima é tema de reparação civil, não da multa penal.

A alternativa D está incorreta. A extinção da punibilidade pela conclusão do livramento condicional não é automática; depende de manifestação judicial expressa, salvo prescrição.

A alternativa E está correta. Tema 1121 STJ - Tese: "Presente o dolo específico de satisfazer à lascívia, própria ou de terceiro, a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), independentemente da ligeireza ou da superficialidade da conduta, não sendo possível a

desclassificação para o delito de importunação sexual (art. 215-A do CP).” (REsp n. 1.959.697/SC, relator Ministro Ribeiro Dantas, Terceira Seção, julgado em 8/6/2022, DJe de 1/7/2022.).

QUESTÃO 25. Acerca do concurso aparente de normas penais, assinale a opção correta.

- a) O princípio da consunção jamais é aplicável a crimes contra bens jurídicos distintos.
- b) Os princípios que embasam as normas penais não são suficientes para resolver adequadamente o concurso aparente entre crime-meio e crime-fim.
- c) Segundo o princípio da especialidade, diante da impossibilidade de aplicação da norma mais grave, aplica-se a norma menos grave.
- d) Aplica-se o princípio da subsidiariedade apenas quando expressamente previsto em lei.
- e) O princípio da alternatividade é aplicável a infrações penais de ação múltipla ou de conteúdo variado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o concurso aparente de normas penais.

A alternativa A está incorreta. O princípio da consunção pode ser aplicado mesmo quando os crimes envolvem bens jurídicos distintos, desde que um crime seja meio necessário ou fase normal de preparação ou execução de outro crime mais grave.

A alternativa B está incorreta. Os princípios que embasam as normas penais, como a consunção, especialidade e subsidiariedade, são precisamente os instrumentos utilizados para resolver o concurso aparente de normas, incluindo entre crime-meio e crime-fim.

A alternativa C está incorreta. O princípio da especialidade determina que, quando uma norma especial abrange todos os elementos de uma norma geral, aplica-se a norma especial, independentemente de ser mais ou menos grave.

A alternativa D está incorreta. O princípio da subsidiariedade pode ser aplicado mesmo quando não está expressamente previsto em lei, pois é um princípio interpretativo que orienta a aplicação da norma mais abrangente apenas quando a norma mais específica não é aplicável.

A alternativa E está correta. O princípio da alternatividade é aplicável a infrações penais que preveem várias condutas em um mesmo tipo penal, sendo suficiente a prática de uma delas para a consumação do crime.

QUESTÃO 26. No que se refere à omissão penalmente relevante, assinale a opção correta.

- a) Somente a omissão dolosa é considerada penalmente relevante.

b) Em se tratando dos crimes omissivos próprios, a norma constante do tipo penal é de natureza proibitiva.

c) A omissão será penalmente relevante quando o agente, encontrando-se em posição de garantidor, deixar de agir, podendo fazê-lo, desde que tal omissão seja causa adequada do resultado, segundo juízo normativo de imputação.

d) A relevância da omissão depende exclusivamente da gravidade do resultado.

e) Qualquer omissão será considerada penalmente relevante se resultar em dano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a omissão penalmente relevante.

A alternativa A está incorreta. A omissão pode ser penalmente relevante tanto em casos de dolo quanto de culpa, não se restringindo apenas à omissão dolosa.

A alternativa B está incorreta. Nos crimes omissivos próprios, a norma é de natureza mandamental, ou seja, ordena uma ação (ex.: omissão de socorro).

A alternativa C está correta. Nos crimes omissivos impróprios (ou comissivos por omissão), a omissão só é penalmente relevante quando o agente está em posição de garantidor, ou seja, quando tem o dever jurídico de agir para evitar o resultado (art. 13, §2º, do Código Penal). Além disso, é necessário que, se tivesse atuado, pudesse evitar o resultado, e que sua omissão seja considerada causa do resultado dentro de um juízo normativo de imputação.

A alternativa D está incorreta. A relevância não depende apenas da gravidade do resultado, mas da existência de um dever jurídico de agir.

A alternativa E está incorreta. Nem toda omissão que cause dano é penalmente relevante; é necessário que haja dever jurídico de agir e possibilidade de atuação.

QUESTÃO 27. Pedro, brasileiro residente no exterior, cometeu, fora do território brasileiro, crime de genocídio contra um grupo religioso e, posteriormente, retornou ao Brasil.

Nessa situação hipotética, Pedro

a) poderá ser julgado no Brasil se o país onde ocorreu o crime não exercer sua jurisdição.

b) poderá ser julgado no Brasil desde que o crime também seja punível no país onde foi praticado.

c) não poderá ser julgado no Brasil, pois o país não é signatário de tratado sobre genocídio.

d) não poderá ser julgado no Brasil, pois o crime não foi cometido em território nacional.

e) poderá ser julgado no Brasil, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a extraterritorialidade e o crime de genocídio.

A alternativa A está incorreta. O caso trata-se de extraterritorialidade incondicionada. Assim, poderá ser julgado no Brasil independentemente de o país onde ocorreu o crime exercer ou não sua jurisdição. Deve ser aplicado no presente caso o artigo 7º, inciso I, alínea "d" c/c § 1º do Código Penal: "Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: I - os crimes: d) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;" c/c "§ 1º - Nos casos do inciso I, o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro."

A alternativa B está incorreta. Poderá ser julgado ainda que o crime não seja punível no país onde foi praticado, conforme artigo 7º, inciso I, alínea "d" c/c § 1º do Código Penal.

A alternativa C está incorreta. O Brasil é signatário do tratado de genocídio. A Convenção, que define o crime de genocídio, foi assinada em Nova Iorque em 1948, e o Brasil ratificou o tratado em 1952.

A alternativa D está incorreta. Mesmo não tendo sido cometido no Brasil, poderá ser julgado por causa da extraterritorialidade incondicionada.

A alternativa E está correta. Conforme artigo 7º, inciso I, alínea "d" c/c § 1º do Código Penal.

QUESTÃO 28. Em relação à prescrição penal, a seus termos iniciais e a suas causas suspensivas, assinale a opção correta.

a) O prazo prescricional, antes do trânsito em julgado da sentença, mantém-se em curso durante o cumprimento de pena pelo agente no estrangeiro.

b) Nos crimes em geral, incluídos os permanentes, o termo inicial do prazo prescricional coincide com o recebimento da denúncia ou da queixa.

c) A prescrição da pretensão executória não será suspensa durante o tempo em que o condenado estiver preso por motivo diverso.

d) O curso do prazo prescricional fica suspenso enquanto pender, em processo diverso, controvérsia judicial cuja resolução seja condição lógica ou jurídica para o reconhecimento da própria existência do crime imputado.

e) O prazo da prescrição da pretensão punitiva, nos crimes cuja consumação se prolongue no tempo, inicia-se a partir da ciência da infração pela autoridade policial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a prescrição.

A alternativa A está incorreta. O prazo prescricional pode ser suspenso ou interrompido em determinadas circunstâncias, como quando o agente está cumprindo pena no estrangeiro. O Código Penal brasileiro prevê que a prescrição não ocorre enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro (art. 116, inciso IV do Código Penal).

A alternativa B está incorreta. O termo inicial do prazo prescricional, em regra, é a data do fato (art. 111, inciso I do Código Penal). Nos crimes permanentes, a prescrição começa a correr do dia em que cessou a permanência. O recebimento da denúncia ou queixa não é o termo inicial do prazo prescricional.

A alternativa C está incorreta. A prescrição da pretensão executória fica suspensa enquanto o condenado estiver preso por motivo diverso, conforme entendimento da jurisprudência e da doutrina.

A alternativa D está correta. O curso do prazo prescricional pode ser suspenso em situações em que há uma controvérsia judicial pendente em outro processo, cuja resolução seja condição lógica ou jurídica para o reconhecimento do crime imputado. Isso está em consonância com o princípio da segurança jurídica e a necessidade de resolução de questões prejudiciais.

A alternativa E está incorreta. Nos crimes cuja consumação se prolonga no tempo, como os crimes permanentes, a prescrição começa a correr do dia em que cessou a permanência (art. 111, inciso III do Código Penal). A ciência da infração pela autoridade policial não é o termo inicial do prazo prescricional nesses casos.

QUESTÃO 29. Durante o velório e sepultamento de uma pessoa pública de relevância nacional, com a presença de familiares e a cobertura da imprensa, um dos presentes aproximou-se do caixão e, de forma deliberada, fotografou o cadáver, que estava exposto.

Posteriormente, ele divulgou as fotografias nas redes sociais, com legenda e comentários depreciativos, fazendo piadas acerca da aparência do falecido e incitando zombarias em larga escala.

Na situação hipotética precedente, a conduta narrada caracteriza crime

a) de injúria real, na medida em que a manifestação ofensiva é dirigida à honra subjetiva dos familiares da vítima.

b) de difamação, uma vez que atinge a reputação do falecido perante terceiros, independentemente da veracidade das imagens divulgadas.

c) contra o sentimento religioso, haja vista o ataque à realização do funeral, em razão da ridicularização do falecido por sua aparência.

d) de vilipêndio a cadáver, dada a manifestação de desprezo público à memória e dignidade da pessoa morta, em afronta ao sentimento coletivo de respeito aos mortos.

e) de calúnia contra os mortos, pois ofende o decoro do falecido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o crime contra o respeito aos mortos.

A alternativa A está incorreta. A injúria real (art. 140, §2º do Código Penal) ocorre quando há ofensa à dignidade ou decoro de alguém mediante violência ou vias de fato. No caso, a ofensa não é dirigida diretamente aos familiares, mas sim ao cadáver, não configurando injúria real.

A alternativa B está incorreta. A difamação (art. 139 do Código Penal) envolve a imputação de fato ofensivo à reputação de alguém. No caso de pessoas falecidas, a difamação não se aplica, pois a proteção da honra objetiva é restrita aos vivos.

A alternativa C está incorreta. O crime contra o sentimento religioso (art. 208 do Código Penal) envolve escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa, ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso. A conduta descrita não se enquadra nesse tipo penal, pois não há menção a ataque ao sentimento religioso ou perturbação de cerimônia religiosa.

A alternativa D está correta. A conduta narrada na situação hipotética caracteriza o crime de vilipêndio a cadáver, dada a manifestação de desprezo público à memória e dignidade da pessoa morta, em afronta ao sentimento coletivo de respeito aos mortos. O crime de vilipêndio a cadáver está previsto no artigo 212 do Código Penal brasileiro. Ele consiste em vilipendiar (desprezar, desrespeitar) cadáver ou suas cinzas. A conduta de fotografar deliberadamente o cadáver e divulgar as imagens com comentários depreciativos e piadas caracteriza o vilipêndio, pois demonstra desprezo e desrespeito à memória e dignidade da pessoa falecida, além de afrontar o sentimento coletivo de respeito aos mortos.

A alternativa E está incorreta. A calúnia (art. 138 do Código Penal) envolve a imputação falsa de fato definido como crime. Não existe previsão de calúnia contra mortos no Código Penal, e a conduta descrita não se refere à imputação de crime ao falecido.

QUESTÃO 30. Com base na interpretação sistemática do Código Penal e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

a) No crime de extorsão, a ameaça exercida com o fim de obter a indevida vantagem econômica deve consubstanciar grave dano à vítima ou a terceiro, não sendo típico o fato caso haja somente ameaça de dano aos bens da vítima.

b) Para a configuração do crime de dano qualificado ao patrimônio público, quando praticado por preso para facilitar a fuga do estabelecimento prisional, é prescindível a demonstração do dolo específico de causar prejuízo ao bem público.

c) O agente que seja reincidente no crime de furto qualificado pela utilização de explosivo ou artefato análogo cuja potencialidade cause perigo comum e cumpra pena apenas por esse crime não terá direito a livramento condicional, em razão de expressa vedação normativa.

d) A mera utilização de arma de fogo de uso permitido sem autorização como meio executório do homicídio doloso enseja, por si só, a incidência do homicídio qualificado.

e) Não é possível o reconhecimento da continuidade delitiva entre o crime de apropriação indébita previdenciária e o de sonegação previdenciária quando praticados na administração de empresas distintas, ainda que pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

A alternativa A está incorreta. No crime de extorsão (art. 158 do Código Penal), a ameaça pode ser de qualquer mal injusto e grave, incluindo dano aos bens da vítima. A tipicidade do crime de extorsão não exige que a ameaça consubstancia grave dano à integridade física ou à vida da vítima ou de terceiros; a ameaça de dano patrimonial é suficiente para configurar o crime.

A alternativa B está incorreta. O dano qualificado exige o dolo específico de causar dano; facilitar a fuga é um motivo, mas não exclui a necessidade do dolo.

A alternativa C está correta. O agente reincidente no crime de furto qualificado pela utilização de explosivo não terá direito ao livramento condicional, em razão de expressa vedação normativa. A Lei Anticrime (Lei nº 13.964/2019) trouxe restrições adicionais para a concessão de benefícios penais, como o livramento condicional, especialmente para crimes hediondos e equiparados, como o furto qualificado pelo uso de explosivos.

A alternativa D está incorreta. O simples uso de arma de fogo de uso permitido não gera, por si só, homicídio qualificado. É necessário outro elemento qualificativo, como meio cruel, surpresa ou recurso que dificulte a defesa da vítima.

A alternativa E está incorreta. A jurisprudência admite a continuidade delitiva entre crimes praticados na gestão de empresas diferentes, desde que pertencentes ao mesmo grupo econômico e haja unidade de desígnios. Direito Processual Penal

QUESTÃO 31. Assinale a opção que apresenta corretamente o princípio do direito processual penal que estabelece que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, bem como que impede a criação de tribunais de exceção.

a) princípio do contraditório

b) princípio do devido processo legal

c) princípio da persuasão racional do juiz

d) princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade

e) princípio do juiz natural

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre os princípios do processo penal.

O princípio do juiz natural, previsto no artigo 5º, incisos XXXVII e LIII da Constituição Federal, estabelece que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, previamente estabelecida pelas normas constitucionais e legais. Esse princípio também impede a criação de tribunais de exceção, garantindo que o julgamento seja realizado por órgãos jurisdicionais previamente instituídos, com competência fixada antes do fato que deu origem à demanda. Trata-se de uma garantia fundamental que visa assegurar a imparcialidade, a legalidade e a segurança jurídica no âmbito do processo penal, protegendo o indivíduo contra arbitrariedades e eventuais perseguições.

QUESTÃO 32. Na ação penal de iniciativa privada, o Ministério Público (MP)

a) pode oferecer denúncia substitutiva à queixa-crime somente se ficar comprovada incapacidade do querelante

b) pode oferecer denúncia substitutiva à queixa-crime somente no caso de incapacidade do querelante e ocorrência de conflito de interesse entre este e seu representante legal.

c) pode oferecer denúncia substitutiva à queixa-crime desde que o querelante desista da ação penal após o recebimento da queixa, caso em que o MP assume a titularidade da ação penal.

d) pode, em qualquer caso, oferecer denúncia substitutiva à queixa-crime oferecida pelo querelante.

e) não pode oferecer denúncia substitutiva à queixa-crime oferecida pelo querelante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre ação penal.

A alternativa A está incorreta. A incapacidade do querelante não transfere a titularidade da ação penal privada para o Ministério Público. Nesses casos, a lei assegura que os representantes legais do ofendido (pais, tutores ou curadores) ingressem com a queixa-crime, nos termos do art. 33 do CPP.

A alternativa B está incorreta. Mesmo na hipótese de conflito de interesses entre o ofendido incapaz e seu representante legal, não cabe ao Ministério Público oferecer denúncia em substituição à queixa-crime na ação penal privada. O correto é que o juiz nomeie um curador especial para representar os interesses do ofendido (art. 33 do CPP), mas a titularidade da ação continua sendo do querelante ou de quem o represente legalmente. O MP mantém-se na função de fiscal da lei.

A alternativa C está incorreta. A desistência do querelante, após o recebimento da queixa, configura perdão, se aceito, ou abandono da causa (perempção), o que leva à extinção da punibilidade. O Ministério Público

não assume a titularidade da ação penal privada. Só haveria atuação do MP se o crime tivesse também natureza de ação penal pública, o que não é o caso da ação penal exclusivamente privada.

A alternativa D está incorreta. Pois contraria frontalmente o artigo 30 do CPP e o princípio da titularidade da ação penal privada. O Ministério Público jamais poderá oferecer denúncia em substituição à queixa-crime em ação penal exclusivamente privada. Sua função é de fiscal da lei, intervindo para garantir a regularidade do processo, mas nunca como parte ativa.

A alternativa E está correta. Na ação penal privada, a iniciativa para o oferecimento da queixa-crime cabe exclusivamente ao ofendido ou ao seu representante legal (art. 30 do CPP). O Ministério Público atua apenas como custos legis (fiscal da lei), nos termos do art. 257, III, do CPP, e não possui legitimidade para substituir o querelante, nem para oferecer denúncia em seu lugar.

QUESTÃO 33. A arguição da exceção, de litispendência nos crimes de ação penal pública incondicionada

- a) deve ser apresentada necessariamente pela defesa do acusado, dentro do prazo da defesa prévia.**
- b) deve ser apresentada pelo acusado, dentro do prazo da defesa prévia, ou pelo MP, até o oferecimento das alegações finais.**
- c) pode ser apresentada, a qualquer tempo, pela defesa do acusado e pelo MP, ou reconhecida de ofício pelo juízo.**
- d) é incabível.**
- e) deve ser apresentada pela defesa do acusado somente até as alegações finais.**

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre a exceção de litispendência.

A alternativa A está incorreta. A litispendência trata de matéria de ordem pública, relacionada à própria existência válida da ação penal, portanto, não está restrita ao prazo da defesa prévia e não é de iniciativa exclusiva da defesa.

A alternativa B está incorreta. A exceção de litispendência não está limitada a esses prazos. Pode ser arguida a qualquer tempo durante o processo.

A alternativa C está correta. A alternativa está em conformidade com o que dispõe o art. 97 do CPP (qualquer fase até trânsito em julgado), e o art. 110 do CPP, que permite o reconhecimento da exceção de ofício pelo juiz, reforçando que essa é uma matéria de ordem pública ligada ao princípio do ne bis in idem. O art. 61 do CPP também corrobora a possibilidade do reconhecimento em qualquer fase.

A alternativa D está incorreta. A exceção de litispendência é expressamente prevista no art. 95, inciso III, do CPP como motivo para extinção da ação penal ou suspensão do processo, quando há processo anterior sobre o mesmo fato. Logo, é cabível e relevante para evitar a duplicidade de ações penais.

A alternativa E está incorreta. A exceção de litispendência não está restrita ao prazo das alegações finais e pode ser arguida a qualquer tempo.

QUESTÃO 34. João foi preso em flagrante delito pela prática de dois crimes (A e B) em concurso material. A competência para processamento e julgamento do crime A é da justiça comum, estando o agente sujeito à pena de um a três anos de detenção; e a processamento e julgamento do crime B são de competência do juizado especial criminal, sendo prevista pena de seis meses a dois anos de detenção. Ambos os crimes praticados são afiançáveis.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código de Processo Penal (CPP) e a Lei nº 9.099/1995, a autoridade policial deverá lavar.

a) auto de prisão em flagrante referente aos dois crimes, sem, contudo, poder arbitrar fiança para o agente quanto a nenhum deles.

b) auto de prisão em flagrante referente aos dois crimes, sendo-lhe permitido arbitrar fiança para o agente somente quanto ao crime B.

c) auto de prisão em flagrante referente aos dois crimes, sendo-lhe permitido arbitrar fiança para o agente quanto a ambos.

d) auto de prisão em flagrante quanto ao crime A, podendo arbitrar fiança para o agente no que diz respeito a esse crime; e termo circunstanciado de ocorrência quanto ao crime B.

e) auto de prisão em flagrante quanto ao crime A, sem, contudo, poder arbitrar fiança para o agente no que diz respeito a esse crime; e termo circunstanciado de ocorrência quanto ao crime B.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre procedimentos e fiança.

O Juizado Especial Criminal julga crimes com pena máxima de até 02 (dois) anos. Porém, se houver concurso material entre crimes e a soma das penas máximas ultrapassar esse tempo, a competência passa para a justiça comum, pois o procedimento especial é absorvido. Esse entendimento, confirmado pelo Acórdão nº 1070271 do TJSP, segue o princípio da absorção, garantindo que todos os crimes sejam julgados pela justiça comum para evitar processos fragmentados. Neste caso, a competência é exclusiva da Justiça Comum e o Juizado Especial não deve atuar, sendo inaplicável o termo circunstanciado previsto para infrações de menor potencial ofensivo isoladas, conforme princípio da absorção ou da prevalência do procedimento comum. Além disso, a autoridade policial não poderá arbitrar fiança nesse caso, pois as penas, se somadas, ultrapassam o *quantum* de 04 (quatro) anos, não podendo a fiança ser arbitrada pela autoridade policial, apenas pelo magistrado, conforme art. 322 do Código de Processo Penal.

QUESTÃO 35. Mário praticou crime de estupro contra Gustavo, tendo-lhe causado danos de ordem moral e material. Após o regular processamento de ação penal pelo crime citado, o juiz proferiu a sentença penal condenatória, porém Mário, condenado, interpôs recurso de apelação contra a referida sentença. Ao analisar a apelação, o tribunal manteve a decisão do juiz de 1ª instância, tendo a sentença transitado em julgado.

Nessa situação hipotética, caso Gustavo pretenda pleitear a reparação dos danos por ele sofridos, será cabível a propositura de

a) ação civil de conhecimento perante o juízo criminal que condenou Mário pelo crime de estupro, na qual deverá ser indicado o limite total dos danos por suportados por Gustavo.

b) ação civil de conhecimento perante o tribunal que julgou o recurso de apelação da ação penal condenatória, requerendo-se a condenação de Mário pelos danos causados a Gustavo.

c) ação de execução ex delicto perante o juízo cível, desde que a sentença penal condenatória tenha estabelecido o limite total de danos causados a Gustavo.

d) ação civil de conhecimento perante o juízo criminal que condenou Mário pelo crime de estupro, na qual deverá ser requerida a condenação de Mário pelos danos causados a Gustavo.

e) ação de execução ex delicto perante o juízo cível, podendo o valor da execução ser fixado pela sentença penal condenatória, sem prejuízo dos demais danos apurados em liquidação de sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a reparação de danos.

A alternativa A está incorreta. Não cabe ação de conhecimento no juízo criminal após o trânsito em julgado, e sim execução ex delicto (art. 63 do CPP).

A alternativa B está incorreta. O tribunal não julga ação cível; a competência é do juízo de 1º grau na esfera cível.

A alternativa C está incorreta. A execução ex delicto ocorre preferencialmente no juízo criminal, não no cível, salvo escolha da vítima.

A alternativa D está incorreta. Não cabe mais ação de conhecimento no juízo criminal, mas sim execução com base na sentença penal (arts. 63 do CPP e 515, VI, do CPC).

A alternativa E está correta. A sentença penal condenatória transitada em julgado possui natureza de título executivo judicial, conforme art. 515, VI, do CPC, podendo ser executada no juízo cível se a vítima assim escolher, ou no juízo criminal, conforme art. 63 do CPP. Além disso, os danos podem ser fixados na sentença penal ou apurados posteriormente em liquidação de sentença, caso não tenham sido definidos.

QUESTÃO 36. Durante audiência de instrução e julgamento na qual se apurava um crime de estelionato, o juiz colheu o depoimento de apenas duas testemunhas de acusação pois a defesa não havia arrolado testemunhas para o ato de audiência. Nos seus depoimentos, as testemunhas não confirmaram a autoria do delito, entretanto, durante o interrogatório do acusado, este confessou a autoria do crime.

Nessa situação hipotética, de acordo com os critérios de valoração da prova previstos no CPP, o juiz deverá

a) facultar à acusação a produção de novas provas.

b) absolver o acusado, por insuficiência de provas.

c) designar data para nova audiência de instrução, facultando à acusação a substituição das testemunhas por ela arroladas.

d) condenar o acusado, uma vez que ele confessou o crime.

e) interrogar novamente o acusado, com a advertência de que eventual mudança nas suas declarações não implicará infração penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o interrogatório.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão automática de reabertura da instrução para novas provas. Caberia à acusação, se entendesse necessário, pedir diligências complementares (art. 402 do CPP), mas não é obrigatório nem automático.

A alternativa B está correta. Se a confissão for isolada e não houver outras provas que confirmem a autoria, o juiz deve absolver o acusado por insuficiência de provas (art. 155 do CPP). Não cabe reabrir a instrução para substituir testemunhas, pois isso só é possível antes da audiência, conforme o art. 401, §1º, do CPP.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão legal de que, após a realização de audiência, o juiz, de ofício, determine a substituição de testemunhas já ouvidas. A produção de prova complementar deve ser provocada pelas partes (art. 402 do CPP).

A alternativa D está incorreta. Conforme explicação da alternativa “B” o enunciado está incorreto.

A alternativa E está incorreta. Não há necessidade de novo interrogatório, salvo se surgirem fatos novos relevantes. A mudança de versão pelo acusado não caracteriza infração penal, mas também não obriga novo interrogatório de ofício.

QUESTÃO 37. O Ministério Público do Estado do Ceará ofereceu denúncia contra Francisco, imputando-lhe a prática do crime de corrupção passiva. O juízo da comarca de Fortaleza determinou a citação do acusado, que apresentou defesa no prazo legal, na qual arguiu a prescrição e requereu a extinção da pretensão

punitiva. Ao apreciar a manifestação do acusado, o juízo criminal indeferiu o pedido de reconhecimento da prescrição e determinou o prosseguimento do feito.

Na situação hipotética apresentada, contra a decisão do juízo criminal

a) é cabível apenas habeas corpus, cujo processamento e julgamento são de competência do próprio juízo criminal que proferiu a decisão.

b) é cabível recurso em sentido estrito, cujo processamento e julgamento são de competência do tribunal de justiça estadual.

c) é cabível apenas revisão criminal, cujo processamento e julgamento são de competência do próprio juízo criminal que proferiu a decisão.

d) não é cabível recurso.

e) é cabível recurso de apelação, cujo processamento e julgamento são de competência do tribunal de justiça estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o tema de recursos.

Contra a decisão do juízo criminal que rejeita o pedido de reconhecimento da prescrição, é cabível recurso em sentido estrito, conforme previsto no artigo 581, inciso IX, do Código de Processo Penal. Esse recurso deve ser processado e julgado pelo tribunal de justiça estadual competente. O recurso em sentido estrito é o meio adequado para impugnar decisões interlocutórias que indeferem a prescrição, diferentemente da apelação, que se destina à sentença, ou da revisão criminal, que é uma ação autônoma para reexaminar condenações já transitadas em julgado. Já o habeas corpus não é o recurso próprio para esse tipo de decisão, salvo em situações excepcionais que configurem constrangimento ilegal. Portanto, o recurso cabível para discutir a negativa da prescrição é o recurso em sentido estrito, a ser julgado pelo tribunal competente.

QUESTÃO 38. Francisco, reincidente na mesma conduta delituosa, foi flagrado por José, gerente da fazenda de Roberto, no momento em que tentava (furtar dois bois reprodutores de alto valor da propriedade rural. Com o auxílio de outros empregados da fazenda, José conseguiu conter Francisco e o conduziu imediatamente à delegacia de polícia da região. A autoridade policial colheu o depoimento de todos os envolvidos e de duas testemunhas que presenciaram o fato delituoso e que confirmaram a suspeita da tentativa de furto.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CPP, a autoridade policial

a) deverá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco, uma vez que a prisão em flagrante realizada por José foi legal, sendo denominada pela doutrina de flagrante imperfeito ou quase-flagrante.

b) deverá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco e recolhê-lo à prisão, exceto no caso de ele se livrar solto ou de prestar fiança, visto que o flagrante realizado por José é legal e classificado pela doutrina como flagrante perfeito ou real.

c) poderá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco, desde que o proprietário da fazenda ofereça representação contra ele.

d) não poderá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco, uma vez que a prisão em flagrante realizada por José é considerada hipótese de flagrante ilegal.

e) não poderá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco, pois José não é o proprietário dos animais objeto da tentativa de furto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre prisões.

A alternativa A está incorreta. A prisão realizada por José enquadra-se no flagrante próprio (ou perfeito), conforme o art. 302, I, do CPP, pois o agente estava cometendo o crime no momento da prisão. O flagrante imperfeito (art. 302, III) ocorre quando há perseguição após a prática do crime. Portanto, o termo "flagrante imperfeito" está incorreto.

A alternativa B está correta. O crime de furto de semovente domesticável de produção prevê pena de reclusão de 2 a 5 anos (art. 155, § 6º do CP). A prisão em flagrante foi legal (flagrante próprio) e, embora o crime tenha pena privativa de liberdade, é possível concessão de fiança (art. 312 do CPP), salvo se houver restrições legais. A autoridade policial deve lavrar o auto de prisão em flagrante e recolher o preso, podendo este pagar fiança para responder solto.

A alternativa C está incorreta. O crime de furto é de ação penal pública incondicionada (art. 155 do CP), não dependendo de representação do proprietário ou ofendido para que seja lavrado o auto de prisão em flagrante.

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 301 do CPP, qualquer do povo pode realizar a prisão em flagrante quando presenciar a prática do crime. José, embora não seja policial, agiu dentro da legalidade ao deter o acusado no momento do delito.

A alternativa E está incorreta. A condição de proprietário não é requisito para a prisão em flagrante, que pode ser realizada por qualquer pessoa que presencie o crime (art. 301 do CPP). José, como gerente e pessoa do povo, tem legitimidade para isso.

QUESTÃO 39. Acerca do inquérito policial, julgue os itens que se seguem.

I. O arquivamento de inquérito policial (IP) em virtude do reconhecimento de legítima defesa impede a instauração de novo IP e a propositura de ação penal acerca do mesmo fato delituoso.

II. A acareação e a reprodução simulada dos fatos podem ser realizadas pela autoridade policial, desde que haja autorização judicial.

III. A autoridade policial tem legitimidade para representar ao juízo competente acerca do sequestro de bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração penal objeto do inquérito policial por ele presidido.

IV. É vedado ao Ministério Público realizar investigações mediante procedimento investigatório distinto do inquérito policial.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e III estão certos**
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.**
- c) Apenas os itens II e III estão certos.**
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o inquérito policial.

O item I está correto. Quando há reconhecimento da legítima defesa (excludente de ilicitude), não há crime, portanto, não se pode instaurar novo inquérito ou propor ação penal pelo mesmo fato, nos termos do REsp 791.471.

O item II está incorreto. A acareação é ato de investigação comum que pode ser realizado pela autoridade policial sem autorização judicial prévia. Já a reprodução simulada (reconstituição do crime) também é realizada pela autoridade policial, normalmente sem necessidade de autorização judicial, salvo em casos específicos;

O item III está correto. A autoridade policial pode, sim, representar ao juiz para medidas cautelares, como sequestro de bens relacionados ao crime investigado, para preservar provas ou ressarcir dano, nos termos do art. 127 do CPP.

O item IV está incorreto. O Ministério Público tem legitimidade para instaurar procedimentos investigatórios próprios, como o "procedimento investigatório criminal" (PIC), não dependendo exclusivamente do inquérito policial conduzido pela polícia judiciária.

QUESTÃO 40. No que se refere a jurisdição e competência no âmbito do direito processual penal, julgue os itens a seguir.

I. Compete ao tribunal do júri da justiça federal o julgamento de crime de homicídio doloso de agente público federal cometido com a intenção de obstar ou dificultar o exercício de suas atribuições.

II. A competência especial por prerrogativa de função somente pode ser fixada pela Constituição Federal de 1988, pelas constituições estaduais e pelo CPP.

III. Compete à justiça comum estadual processar e julgar criminalmente prefeito que praticar o crime de desvio de verba federal transferida e incorporado ao patrimônio do município.

IV. A competência criminal é exercida exclusivamente pela justiça comum estadual, pela justiça federal e pela justiça militar

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.

b) Apenas os itens I e III estão certos.

c) Apenas os itens II e IV estão certos.

d) Apenas os itens III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a competência criminal.

O item I está correto. De fato, compete ao Tribunal do Júri da Justiça Federal julgar homicídio doloso praticado contra agente público federal quando esse crime estiver relacionado com a função pública ou no exercício dela, nos termos do art. 109, IV, da Constituição Federal (competência da Justiça Federal) combinado com o art. 5º, XXXVIII, da CF/88 (competência do Tribunal do Júri para crimes dolosos contra a vida).

O item II está incorreto. A competência por prerrogativa de função só pode ser fixada pela Constituição Federal e pelas Constituições Estaduais, não pelo CPP. O Código de Processo Penal não cria competência por prerrogativa, ele apenas disciplina o seu procedimento.

O item III está correto. O crime de desvio de verba pública federal transferida ao município e incorporada ao seu patrimônio é de competência da Justiça Estadual, pois deixa de ter interesse direto da União. A regra está no art. 109, IV, da CF, com entendimento pacificado pelo STF. Além disso, a súmula 208 do STJ dispõe que: "Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal."

O item IV está incorreto. A competência criminal não é exclusiva da Justiça Comum (Federal e Estadual) e da Militar. Existem outras justiças com competência criminal, como a Justiça Eleitoral, que julga crimes

eleitorais, dispõe o art. 35, inciso II, do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65) que: “Compete aos juízes eleitorais processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos.”

QUESTÃO 41. A Lei n.º 7.716/1989, conhecida popularmente como Lei de Combate ao Racismo, prevê punição para as atitudes discriminatórias ou preconceituosas relacionadas a aspectos como

a) gênero e procedência nacional.

b) etnia e idade.

c) gênero e idade.

d) religião e procedência nacional.

e) etnia e gênero.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema racismo e a Lei nº 7.716/1989.

A alternativa A está incorreta. Atitudes discriminatórias ou preconceituosas relacionadas a aspectos como o gênero não estão previstos no artigo 1º da Lei nº 7.716/89, enquadra-se na Lei nº 11.340/06.

A alternativa B está incorreta. Atitudes discriminatórias ou preconceituosas relacionadas a aspectos como a idade não estão previstas no artigo 1º da Lei nº 7.716/89, enquadra-se no Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa C está incorreta. Atitudes discriminatórias ou preconceituosas relacionadas a aspectos como o gênero e a idade não estão previstas no artigo 1º da Lei nº 7.716/89, enquadram-se respectivamente na Lei n.º 11.340/06 e no Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa D está correta. A discriminação ou preconceito decorrentes da religião e da procedência nacional estão expressos no artigo 1º da Lei nº 7.716/89: " Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional."

A alternativa E está incorreta. Atitudes discriminatórias ou preconceituosas relacionadas a aspectos como o gênero não estão previstas no artigo 1º da Lei nº 7.716/89, enquadra-se na Lei nº 11.340/06.

QUESTÃO 42. Em cumprimento de mandado de busca e apreensão, verificou-se que um indivíduo detinha material com conteúdo de pornografia infantil, bem como que haviam sido feitos diversos uploads transmitidos pelo computador desse indivíduo.

Conforme a jurisprudência do STJ a respeito dos crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que, na situação hipotética precedente, está configurado

a) concurso formal dos crimes de transmissão e de armazenamento de conteúdo com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e adolescente.

b) concurso material dos crimes de transmissão e de armazenamento de conteúdo com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e adolescente.

c) continuidade delitiva entre os crimes de transmissão e de armazenamento de conteúdo com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e adolescente.

d) crime único de transmissão de conteúdo com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e adolescente.

e) crime único de armazenar, por qualquer meio, conteúdo com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e adolescente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A alternativa A está incorreta. Em desconformidade com entendimento do STJ, que entende que neste caso está configurado concurso material de crimes (Arts. 241-A e 241-B do ECA).

A alternativa B está correta. Em conformidade com o entendimento do STJ: " Tese firmada: Os tipos penais trazidos nos arts. 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente são autônomos, com verbos e condutas distintas, sendo que o crime do art. 241- B não configura fase normal, tampouco meio de execução para o crime do art. 241-A, o que possibilita o reconhecimento de concurso material de crimes. Tema 1168. Processo(s): REsp 1970216/SP; REsp 1971049/SP e REsp 1976855/MS.").

A alternativa C está incorreta. Em desconformidade com entendimento do STJ, que entende que neste caso está configurado concurso material de crimes (Arts. 241-A e 241-B do ECA).

A alternativa D está incorreta. Em desconformidade com entendimento do STJ, que entende que neste caso está configurado concurso material de crimes (Arts. 241-A e 241-B do ECA).

A alternativa E está incorreta. Em desconformidade com entendimento do STJ, que entende que neste caso está configurado concurso material de crimes (Arts. 241-A e 241-B do ECA).

QUESTÃO 43. A Lei n.º 4.737/1965 prevê que a pena aplicável ao agente dos crimes de calúnia, injúria e difamação no âmbito eleitoral será aumentada em razão do seu cometimento

a) com uso de violência ou grave ameaça.

- b) contra pessoa maior de 60 anos de idade.**
- c) em caso de retorção imediata.**
- d) contra candidato eleito.**
- e) com menosprezo ou discriminação à condição de mulher.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre crime eleitoral.

A alternativa A está incorreta. O artigo 327 do Código Eleitoral não prevê o uso de violência ou grave ameaça como causa de aumento de pena.

A alternativa B está incorreta. O artigo 327 do Código Eleitoral não prevê a prática da infração contra maior de 60 anos de idade como causa de aumento de pena.

A alternativa C está incorreta. O artigo 327 do Código Eleitoral não prevê a retorção imediata como causa de aumento de pena.

A alternativa D está incorreta. O artigo 327 do Código Eleitoral não prevê a prática da infração contra candidato eleito de aumento de pena.

A alternativa E está correta. Em conformidade com o artigo 327, inciso IV do Código Eleitoral: " Art. 327. As penas cominadas nos arts. 324, 325 e 326 aumentam-se de 1/3 (um terço) até metade, se qualquer dos crimes é cometido: IV - com menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia;"

QUESTÃO 44. É cabível a transação penal nos crimes de trânsito puníveis com pena privativa de liberdade de até dois anos, salvo quando

- I. o agente os cometer sob a influência de álcool.**
- II. o agente os cometer ao participar, em via pública, de corrida não autorizada pela autoridade competente.**
- III. o agente os cometer ao transitar a velocidade que exceda a 50 km/h a velocidade máxima permitida para a via.**
- IV. o seu cometimento resultar em lesão corporal a terceiro.**

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.**

b) Apenas os itens II e IV estão certos.

c) Apenas os itens III e IV estão certos.

d) Apenas os itens I, II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre os crimes de trânsito.

O item I está correto. Não será cabível a transação penal nos crimes de trânsito quando o agente comete a infração sob a influência de álcool nos termos do artigo 291, § 1º, inciso I do Código de Trânsito Brasileiro: “Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber. § 1º Aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, exceto se o agente estiver: I - sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência;

O item II está correto. Nesta situação não será cabível a transação penal nos termos do artigo 291, § 1º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro: “Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber. § 1º Aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, exceto se o agente estiver: II - participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente;

O item III está correto. Nesta situação não será cabível a transação penal nos termos do artigo 291, § 1º, inciso III do Código de Trânsito Brasileiro: “Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber. § 1º Aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, exceto se o agente estiver: III - transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).

O item IV está incorreto. Essa hipótese não está prevista em nenhum inciso do artigo 291 do CTB.

QUESTÃO 45. Segundo a jurisprudência do STJ, a transação penal nas ações penais privadas

a) pode ser oferecida, apenas pelo ofendido, nos crimes puníveis com pena privativa de liberdade inferior a dois anos, mesmo que a cumulação das penas ultrapasse esse limite.

b) pode ser oferecida, apenas pelo Ministério Público, nos crimes puníveis com pena privativa de liberdade inferior a dois anos, desde que a cumulação das penas não ultrapasse tal limite.

c) é vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro, pois só se admite transação penal nas ações penais públicas.

d) pode ser oferecida, pelo ofendido, nos crimes puníveis com pena privativa de liberdade inferior a dois anos, desde que a cumulação das penas não ultrapasse tal limite.

e) pode ser oferecida, apenas pelo Ministério Público, nos crimes puníveis com pena privativa de liberdade inferior a dois anos, mesmo que a cumulação das penas ultrapasse esse limite.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei nº 9.099/95, Juizado Especial Criminal e ação penal.

A alternativa A está incorreta. Nas ações penais privadas, o ofendido pode oferecer a transação penal nos crimes puníveis com pena privativa de liberdade inferior a dois anos, mas a cumulação das penas não pode ultrapassar esse limite. Observe a jurisprudência do STJ: "... 6. Tendo em consideração a incidência do concurso material, a soma das penas máximas resulta em 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de detenção, afastando a competência do Juizado Especial, o que não confronta a jurisprudência desta Corte e as determinações legais. AgRg no AREsp 2167990/GO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2022/0214970-1."

A alternativa B está incorreta. Nas ações penais privadas, o Ministério Público não pode oferecer a transação penal, cabe ao ofendido oferecimento da transação penal.

A alternativa C está incorreta. O ordenamento jurídico brasileiro não veda o oferecimento da transação penal.

A alternativa D está correta. Em conformidade com o entendimento do STJ: "...IV - A jurisprudência dos Tribunais Superiores admite a aplicação da transação penal às ações penais privadas. Neste caso, a legitimidade para formular a proposta é do ofendido, e o silêncio do querelante não constitui óbice ao prosseguimento da ação penal. (RHC 102381/ BA RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 2018/0222168-0)."

A alternativa E está incorreta. Nas ações penais privadas, o Ministério Público não pode oferecer a transação penal, cabe ao ofendido oferecimento da transação penal.

QUESTÃO 46. A Lei n.º 11.343/2006 prevê requisitos para a redução da pena aplicável ao crime de tráfico de drogas, tipificado no art. 33 do referido diploma legal. A respeito de tal previsão, a jurisprudência do STJ estabelece que

a) é incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

b) não se aplica a minorante quando o referido crime for cumulado com associação para o tráfico, pois, nessa hipótese, ele será considerado crime hediondo.

c) a pequena quantidade de droga apreendida, por si só, garante ao agente do crime a aplicação da minorante.

d) a condição de mula, por si só, garante ao agente do crime a aplicação da minorante.

e) a aplicação da minorante depende do preenchimento concomitante de todos os requisitos legalmente estabelecidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei nº 11.343/06, Tráfico de Drogas privilegiado.

A alternativa A está incorreta. O enunciado quando menciona requisitos para redução da pena no crime de tráfico está atrelado ao privilégio. Assim, é cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos no tráfico privilegiado. Observe a Súmula Vinculante n. 59: " É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06) e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria (art. 59 do CP), observados os requisitos do art. 33, § 2º, alínea c, e do art. 44, ambos do Código Penal." Além disso, o STF já declarou a inconstitucionalidade da expressão "vedada a conversão em penas restritivas de direitos", previsto no § 4º do art. 33, da Lei nº 11.343/06.

A alternativa B está incorreta. O tráfico de drogas privilegiado não é considerado hediondo conforme artigo 112, § 5º da LEP: "§ 5º Não se considera hediondo ou equiparado, para os fins deste artigo, o crime de tráfico de drogas previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.". Ademais a associação para o tráfico também não é crime equiparado ao hediondo. Observe entendimento do STJ: "1. O crime de associação para o tráfico de entorpecentes (art. 35 da Lei n.º 11.343/2006) não figura no rol de crimes hediondos ou a delitos eles equiparados. Precedentes. (HC 430.217/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 01/10/2018)."

A alternativa C está incorreta. A pequena quantidade de droga apreendida, por si só, não garante ao agente do crime a aplicação da minorante. Deve ser comprovado os demais requisitos. Observe o Tema 1.154 do STJ: "Isoladamente consideradas, a natureza e a quantidade do entorpecente apreendido, por si só, não são suficientes para embasar conclusão acerca da presença das referidas condições obstativas e, assim, afastar o reconhecimento da minorante do tráfico privilegiado".

A alternativa D está incorreta. a condição de mula, por si só, não garante ao agente do crime a aplicação da minorante, deve ser comprovado todos os requisitos necessários do artigo 33, § 4º da Lei 11.343/06: "§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

A alternativa E está correta. Em conformidade com a Jurisprudência em Teses do STJ: "Tese 22: A causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas só pode ser aplicada se todos os requisitos, cumulativamente, estiverem presentes.

QUESTÃO 47. Com base na jurisprudência do STJ acerca das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), assinale a opção correta.

a) As citadas medidas têm natureza jurídica de tutela inibitória, por isso sua vigência depende da existência de boletim de ocorrência, de inquérito policial e de processo cível ou criminal.

b) As citadas medidas são extintas sempre que houver arquivamento do inquérito policial.

c) As citadas medidas devem ser revogadas caso o inquérito policial seja concluído sem o indiciamento do acusado.

d) O deferimento das citadas medidas é condicionado à demonstração específica, pela vítima, da subjugação feminina.

e) O réu deve ser citado para oferecer contestação após eventual decretação das citadas medidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha.

A alternativa A está incorreta. As medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha independem da existência de boletim de ocorrência, de inquérito policial e de processo cível ou criminal, conforme o artigo 19, § 5º da Lei 11.340/2006: “§ 5º As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.”

A alternativa B está incorreta. As medidas protetivas não serão extintas obrigatoriamente quando houver arquivamento do inquérito policial. Observe o artigo 19, §6º da Lei 11.340/2006: “§ 6º As medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes.”

A alternativa C está incorreta. O STJ possuía um entendimento neste sentido em 2022: “É indevida a manutenção de medidas protetivas na hipótese de conclusão do inquérito policial sem indiciamento do acusado. STJ. 6ª Turma. RHC 159.303/RS, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, julgado em 20/09/2022 (Info 750).” Entretanto, com a alteração da Lei 11.340/06 pela Lei nº 14.550, de 2023, entende-se que não haverá a revogação da medida de segurança pelo simples fato de o inquérito policial ser concluído sem o indiciamento, pois é possível a concessão de medida protetiva ainda que não haja inquérito policial e essas medidas devem vigorar enquanto persistirem os riscos para as mulheres, nos termos do artigo 19, §§ 5º e 6º da Lei 11.340/06.

A alternativa D está incorreta. O deferimento das medidas protetivas não é condicionado à demonstração específica, pela vítima, da subjugação feminina.

A alternativa E está correta. O réu deve ser citado para oferecer contestação após eventual decretação das citadas medidas para que possa se defender e seja garantido o contraditório e ampla defesa.

QUESTÃO 48. De acordo com a Lei n.º 9.613/1998 e a jurisprudência do STJ, o acesso aos dados cadastrais (qualificação pessoal, filiação e endereço) de investigado por crime de lavagem de dinheiro mantidos pela justiça eleitoral é garantido

- a) ao juiz, ao delegado de polícia e ao promotor de justiça, necessariamente mediante autorização judicial.
- b) ao juiz e ao promotor de justiça apenas, independentemente de autorização judicial.
- c) ao juiz, ao delegado de polícia e ao promotor de justiça, independentemente de autorização judicial.
- d) ao juiz e ao delegado de polícia apenas, independentemente de autorização judicial.
- e) ao juiz e ao promotor de justiça, necessariamente mediante autorização judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a Lei n.º 9.613/1998, crimes de "Lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.

A alternativa A está incorreta. É dispensável a autorização judicial, conforme artigo 17-B da Lei nº. 9.613/1998: " Art. 17-B. A autoridade policial e o Ministério Público terão acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas, pelas instituições financeiras, pelos provedores de internet e pelas administradoras de cartão de crédito."

A alternativa B está incorreta. O acesso aos dados cadastrais de investigados por crime de lavagem de dinheiro mantidos pela justiça eleitoral também pode ser requerido pela autoridade policial (17B da Lei nº. 9.613/1998).

A alternativa C está correta. Em conformidade com o artigo 17-B da Lei nº. 9.613/1998.

A alternativa D está incorreta. O acesso aos dados cadastrais de investigado por crime de lavagem de dinheiro mantidos pela justiça eleitoral também pode ser requerido pelo Ministério Público (17B da Lei nº. 9.613/1998).

A alternativa E está incorreta. É dispensável a autorização judicial, conforme artigo 17-B da Lei nº. 9.613/1998.

QUESTÃO 49. De acordo com a Lei n.º 14.344/2022, que dispõe sobre prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, o afastamento do agressor do lar ou do local de convivência com a vítima poderá ser determinado

- a) pelo delegado de polícia, preferencialmente, ou pela autoridade judicial.

b) pela autoridade judicial, apenas.

c) pela autoridade judicial ou pelo conselho tutelar, quando o município não for sede de comarca.

d) por policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

e) pelo membro do Ministério Público, quando o município não for sede de comarca.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei n.º 14.344/2022, Lei Henry Borel.

A alternativa A está incorreta. Só será determinado pelo delegado de polícia quando o município não for sede da comarca, conforme o artigo 14, inciso II da Lei n.º 14.344/2022: "Art. 14. Verificada a ocorrência de ação ou omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar, com a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da criança e do adolescente, ou de seus familiares, o agressor será imediatamente afastado do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima: II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca;"

A alternativa B está incorreta. Outras autoridades podem determinar o afastamento do lar, nos termos do art. 14 da Lei n.º 14.344/2022: " Art. 14. Verificada a ocorrência de ação ou omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar, com a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da criança e do adolescente, ou de seus familiares, o agressor será imediatamente afastado do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima: I - pela autoridade judicial; II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. § 1º O Conselho Tutelar poderá representar às autoridades referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima. § 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, bem como dará ciência ao Ministério Público concomitantemente. § 3º Nos casos de risco à integridade física da vítima ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso."

A alternativa C está incorreta. Em desconformidade com o artigo 14 da Lei n.º 14.244/2022.

A alternativa D está correta. Em conformidade com o artigo 14, inciso III da Lei n.º 14.344/2022: " Art. 14. Verificada a ocorrência de ação ou omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar, com a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da criança e do adolescente, ou de seus familiares, o agressor será imediatamente afastado do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima: III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia."

A alternativa E está incorreta. Quando o município não for sede de comarca, a competência será do delegado, e na sua ausência por autoridade policial, nos termos do artigo 14, incisos II e III da Lei n.º 14.344/2022.

QUESTÃO 50. Tendo determinado trabalhador sofrido uma lesão decorrente de acidente de trabalho, a autoridade policial solicitou que ele fosse avaliado para determinar sua capacidade para as atividades laborais. O médico-legista deve, após a avaliação, emitir documento médico-legal que comprove a gravidade de lesão corporal decorrente de determinado acidente de trabalho e a capacidade do trabalhador acidentado para realizar suas atividades laborais:

Nessa situação hipotética, o documento médico-legal mais apropriado a ser emitido é

- a) a declaração médica.
- b) o laudo médico-legal.
- c) a notificação compulsória.
- d) a consulta médico-legal.
- e) a comunicação de acidente de trabalho.

Comentário

A alternativa correta é a **letra B**. Documento médico-legal é toda anotação que tem a finalidade de reproduzir e representar uma manifestação do pensamento, baseada em critérios médico-legais. Apresentam configuração que varia conforme a situação e a finalidade.

A alternativa A está incorreta, pois declaração médica não está, propriamente dita, inserida no rol de documentos médicos legais;”

A alternativa B está correta, relatório médico-legal é o documento elaborado após a realização de uma perícia médica, sendo solicitado pela autoridade policial ou judiciária para descrever detalhadamente os resultados da análise pericial. Este relatório deve ser estruturado de forma precisa e objetiva, sendo composto por sete partes: Preâmbulo: Introdução que informa a data, hora, local da perícia e a autoridade que requisitou e determinou o exame. Quesitos: Perguntas objetivas que devem ser respondidas pelo perito, com base no exame realizado, podendo ser formuladas pelas partes ou previamente estabelecidas, conforme o art. 176 do Código de Processo Penal. Histórico ou Comemorativo: Relato dos fatos que motivaram a perícia, podendo incluir informações como a anamnese (histórico médico) do paciente ou dados da guia de remoção de cadáver em casos de autópsia. Descrição ou Exposição: Parte do relatório onde o perito descreve de forma objetiva as observações feitas no exame, sendo o visum et repertum (visto e relatado). Essa parte é considerada a mais importante do relatório. Discussão: Discussão científica das hipóteses levantadas com base nos fatos descritos e nos dados encontrados, evitando juízos pessoais e dando base científica às conclusões. Conclusão: Onde o perito afirma se o fato ocorreu ou não, com base nas evidências encontradas no exame. Pode também ser inconclusivo, caso não seja possível determinar com certeza. Resposta aos Quesitos: Respostas objetivas às perguntas formuladas no início, estabelecendo se houve ou não a ocorrência de um fato típico. Em caso de dúvida, o quesito pode ser considerado prejudicado. Assinatura(s): Encerramento do documento com a assinatura do(s) perito(s) que realizaram a análise.

A alternativa C está incorreta, pois as notificações compulsórias são comunicações obrigatórias que os médicos devem realizar às autoridades competentes, conforme a legislação vigente, seja por razões

sanitárias, sociais ou de saúde pública. Exemplos incluem a notificação de doenças que exigem isolamento, como doenças contagiosas, ou a notificação de casos de morte encefálica. Exemplo: A notificação de morte encefálica deve ser realizada pelo médico, mesmo que a pessoa falecida não tenha autorizado a doação de órgãos. De acordo com o artigo 269 do Código Penal Brasileiro, o médico pode ser penalizado com detenção de 6 meses a 2 anos e multa se omitir a notificação de doenças cuja comunicação seja obrigatória.

A alternativa D está incorreta, pelo mesmo motivo da alternativa A, ou seja, não se trata de documento médico-legal.

A alternativa E está incorreta. A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é um documento crucial no Brasil, que deve ser preenchido e enviado ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) sempre que um trabalhador sofre um acidente de trabalho, de trajeto ou é diagnosticado com uma doença ocupacional. A infelizmente, por sua vez, é o ramo da medicina legal que estuda os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, fornecendo informações para o entendimento das causas e consequências desses eventos.

QUESTÃO 51. Em medicina legal e nas ciências forenses, o exame de corpo de delito

- a) é o exame necessariamente realizado no corpo da vítima de um crime.**
- b) é de competência privativa do perito oficial em qualquer foro – penal, cível ou administrativo.**
- c) deve ser feito em dia e local previamente determinados.**
- d) tem como objetivo a análise do conjunto de vestígios materiais resultantes de um crime.**
- e) tem como objetivo a análise de qualquer objeto encontrado no local de um crime.**

Comentário

A alternativa correta é a **letra D**

A alternativa A está incorreta, o corpo de delito não se refere apenas ao corpo propriamente dito da vítima. A compreensão da expressão corpo de delito abrange todo e qualquer vestígio que tenha relação com o delito, isto é, drogas, armas de fogo, vestígios de animais, fragmentos de projéteis.

A alternativa B está incorreta, pois o artigo 159, do Código de Processo Penal possibilita em caráter subsidiário que na falta de perito oficial, o exame será realizado por duas pessoas idôneas e portadoras, de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica.

A alternativa C está incorreta, segundo o art. 161, do Código de Processo Penal, no qual o exame será realizado em qualquer dia e a qualquer hora.

A alternativa D está correta, traz exatamente o conceito de exame de corpo de delito, tal como disposto no artigo 158, do Código de Processo Penal.

A alternativa E está incorreta, pois, diferentemente da alternativa D, restringiu o exame apenas para objetos.

QUESTÃO 52. Uma pessoa que sofreu lesão corporal dolosa alegou ter sido agredida com pauladas, socos, pontapés e tapas. A lesão mais grave dolorosa, que a incapacitava de deambular, era uma lesão na região inguinal (raiz da coxa) esquerda, provocada por chute. Durante o exame da vítima, que foi realizado mais de quatro dias após a violência, o médico-legista notou uma coleção de tonalidade azul-violácea no joelho do mesmo lado daquela lesão. O periciando referiu que neste local não havia sofrido agressão.

Pelas características da formatação azul-violácea descrita na situação hipotética apresentada, é correto concluir a existência de

- a) equimose externa ou superficial.
- b) bossa sanguínea.
- c) hematoma sinovial.
- d) equimose profunda à distância.
- e) fratura oculta.

Comentário

A alternativa correta é a **letra D**

A alternativa A está incorreta, haja vista que a vítima informa que não sofreu qualquer lesão contusa naquela região.

A alternativa B está incorreta, a bossa se caracteriza pela presença de um “galo”, pois ocorre em região com plano ósseo sob a pele. No caso, não há informações sobre esse relevo formado na região do joelho.

A alternativa C está incorreta, hematoma sinovial refere-se ao sangramento que ocorre dentro da membrana sinovial, a camada que reveste as articulações. Este sangramento pode causar inchaço e dor, e em alguns casos, pode afetar a articulação, impedindo o movimento. Contudo, pelo enunciado, não há inchaço no local.

A alternativa D está correta, pois equimose a distância ocorre quando uma lesão, como uma contusão, causa um extravasamento de sangue que não se manifesta imediatamente no local da agressão, mas sim em uma região distante do corpo. Ademais, o tempo decorrido condiz com a cor da equimose encontrada.

A alternativa E está incorreta, pelo enunciado, não há elementos suficientes para concluir pela presença de uma fratura. Lembrando que fratura é a ruptura de um osso, seja ela total ou parcial. Pode ser causada por traumas, quedas, acidentes, ou até mesmo por doenças que enfraquecem os ossos, como a osteoporose.

QUESTÃO 53. A respeito de lesões provocadas por ação química, assinale a opção correta.

a) Substâncias cáusticas, de modo geral, causam reações exotérmicas, com liberação de grande quantidade de calor, o que provoca lesões equivalentes a queimaduras.

b) Ácidos produzem escaras úmidas e de cores variadas, por exemplo, pardas, amareladas ou avermelhadas.

c) O efeito coagulante das substâncias químicas cáusticas produz escaras úmidas.

d) Substâncias cáusticas provocam escaras pardas, endurecidas tipo vitriolagem.

e) Nos casos de lesões criminosas por ação química, geralmente as partes mais visadas pelos agressores são a genitália e as nádegas.

Comentário

A alternativa correta é a **letra A**. Os cáusticos são substâncias que, provocam lesões tegumentares podendo resultar em efeitos coagulantes ou liquefacientes. As primeiras, desidratam os tecidos e lhes causam escaras endurecidas e de tonalidade diversa, como, por exemplo, o nitrato de prata. As de efeito liquefaciente produzem escaras úmidas, translúcidas, moles e têm como modelo a soda cáustica, a potassa e a amônia.

A alternativa A está correta, pois é justamente essa reação exotérmica que promove o resultado muito semelhante a uma queimadura no tecido tegumentar.

A alternativa B está incorreta, os ácidos produzem escaras secas e de cor variável: as do ácido sulfúrico são esbranquiçadas; as do ácido nítrico: amareladas; as do ácido clorídrico, cinza-escuras; as do ácido fênico, esbranquiçadas.

A alternativa C está incorreta, a ação coagulante faz surgir escaras secas e endurecidas.

A alternativa D está incorreta, pois os cáusticos, tal como por exemplo o ácido sulfúrico (também chamado de vitriolo) produzem escaras secas e de cor variada.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que as principais regiões atingidas são a face, pescoço e tórax, dado seu caráter quase sempre intencional do agente.

QUESTÃO 54. Em relação a cronotanatognose, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, a correta sequência das fases da putrefação, conforme sua ordem cronológica, e exemplos de fatores intrínsecos e extrínsecos que influenciam sua marcha.

a) maceração, período gasoso, período coliquativo e esqueletização, idade, peso, causa da morte, ambiente, temperatura, umidade.

b) período de coloração, período gasoso, período coliquativo e esqueletização; idade, peso, causa da morte, ambiente, temperatura, umidade.

c) período de coloração, período gasoso, período coliquativo e mumificação; idade, peso, causa da morte; ambiente, temperatura, umidade.

d) período de coloração, período gasoso, período coliquativo e esqueletização; idade, orientação sexual, causa da morte, ambiente, temperatura, umidade.

e) período de coloração, período gasoso, autólise e esqueletização; idade, peso, causa da morte; ambiente, temperatura, umidade.

Comentário

A alternativa correta é a **letra B**. Após a morte, inicia-se a marcha putrefativa a qual é dividida em 4 fases: 1. Período Cromático (Coloração): Caracterizado pela aparição da mancha verde na região abdominal, que se expande para outras áreas do corpo. 2. Período Enfisematoso (Gasoso): O corpo incha devido à produção de gases por bactérias. 3. Período Coliquativo (Liquefação): O corpo se liquefaz, com os tecidos se dissolvendo e os órgãos se tornando mais macios. 4. Período de Esqueletização: O processo de decomposição continua, resultando na redução do corpo aos seus componentes ósseos. Ademais, os principais fatores que influenciam sua marcha são: idade, peso, causa da morte, ambiente, temperatura, umidade.

A alternativa A está incorreta, pois a maceração é um fenômeno de transformação cadavérica em meio líquido, caracterizado pela destruição dos tecidos moles devido à ação prolongada do líquido.

A alternativa B está correta, vide comentários iniciais.

A alternativa C está incorreta, pois a mumificação, em Medicina Legal, refere-se a um processo de preservação de cadáveres devido à rápida desidratação, que impede a ação de bactérias e, conseqüentemente, a putrefação.

A alternativa D está incorreta, haja vista que a orientação sexual em nada influi na marcha putrefativa ou em qualquer outro fenômeno cadavérico.

A alternativa E está incorreta, a putrefação, se inicia, após a autólise, isto é, pela ação de micróbios aeróbios e anaeróbios fazendo surgir a primeira fase da putrefação – colorativa – decorrente destes micróbios que atuam no ceco intestinal humano.

QUESTÃO 55. Em se tratando de crime de infanticídio, os elementos periciais do binômio materno-fetal caracterizadores do delito incluem

I. prova de condição de nascendo ou recém-nascido

II. prova de vida extrauterina

III. diagnóstico da causa da morte fetal

IV. exame de comprovação de estado puerperal

Assinale a opção correta

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentário

A alternativa correta é a **letra E**.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, pois todas as assertivas são verdadeiras.

A alternativa E está correta. Intervenção pericial, também chamada *crucis peritorum* por sua complexidade para afirmar o crime de infanticídio, exige para a sua caracterização os seguintes elementos: 1) prova de ser nascente; 2) prova de infante nascido; 3) prova de recém-nascido; 4) prova de vida extrauterina autônoma; 5) época da morte; 6) diagnóstico da causa jurídica da morte do infante; 7) exame somatopsíquico da puérpera. Desta forma, todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 56. No processo de identificação humana por meio do estudo do esqueleto, pode-se realizar a estimativa do sexo biológico pelas características médico-legais e morfológicas ósseas, examinadas em fase pós-pubertária. Nesse caso, os achados mais evidentes da diferença sexual de relevante importância no chamado dimorfismo sexual encontram-se

- a) no fêmur.
- b) na omoplata.
- c) na tíbia.
- d) no crânio.
- e) na pelve.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. O dimorfismo sexual refere-se às diferenças biológicas entre machos e fêmeas de uma espécie, incluindo aspectos genéticos, hormonais, fisiológicos e anatômicos

A alternativa A está incorreta, o fêmur não é um achado evidente, por si só, para diferenciar a ossatura masculina ou feminina

A alternativa B está incorreta, a omoplata – escápula – não é fragmento ósseo capaz, isoladamente, de diferenciar o dimorfismo sexual na raça humana.

A alternativa C está incorreta, a tíbia, tal como o fêmur e a omoplata também não possui relevância na diferenciação sexual.

A alternativa D está incorreta, apesar do crânio poder apresentar relativa variação e diferenciação na raça humana, ele não é o principal fragmento ósseo na seara de identificação de ossadas humanas, haja vista que o principal osso é a pelve.

A alternativa E está correta, o estudo do dimorfismo sexual na pelve é fundamental para determinar o sexo de esqueletos desconhecidos. A pelve apresenta diferenças marcantes entre homens e mulheres, principalmente devido à função reprodutiva e do parto nas mulheres. Diferenças morfológicas: **Pelve masculina:** Geralmente mais estreita, profunda e compacta, com um ângulo mais estreito e uma incisura isquiática maior. Pelve feminina: Mais larga, rasa e espaçada, com um ângulo mais amplo e uma incisura isquiática menor.

QUESTÃO 57. Um indivíduo foi vítima de disparo de arma de fogo de alta energia ou alta velocidade. No exame do corpo da vítima no local de crime e em necropsia, observou-se a formação de uma cavidade maior que o diâmetro do projétil no tecido lesionado.

Nessa situação hipotética, o fenômeno responsável pela formação da cavidade conforme descrita chama-se:

a) zona de tatuagem, decorrente do depósito de resíduos de pólvora na pele ao redor do ferimento de entrada.

b) aréola de contusão, correspondente à área de lesão tecidual causada pela compressão e destruição do tecido ao redor do trajeto do projétil no orifício de saída

c) cavitação temporária, causada pela onda de choque e pela transferência de energia cinética do projétil para os tecidos.

d) cavitação permanente, resultante da passagem do projétil com destruição tecidual mínima e fugaz.

e) orla de esfumaçamento, resultante da deposição de resíduos de pólvora e fuligem na pele ao redor do ferimento de entrada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois retrata os chamados elementos de vizinhança no orifício de entrada do disparo à curta distância.

A alternativa B está incorreta, pois traz o conceito de elemento constante, via de regra, em orifícios de entrada de disparos de projéteis e não se relacionado com o objeto perguntado.

A alternativa C está correta, A cavitação temporária de alta energia, em um contexto balístico, refere-se ao efeito de um projétil de alta energia que causa um alargamento temporário dos tecidos, além do canal de passagem do projétil, devido às ondas de pressão geradas pelo impacto. Este fenômeno é mais pronunciado em projéteis de fuzil e outros calibres de alta energia.

A alternativa D está incorreta, como o nome sugere, a cavidade permanente não gera lesões ou canais efêmeros, isto se dá no fenômeno imediatamente anterior, isto é, a cavidade temporária.”

A alternativa E está incorreta, a despeito do conceito trazido estar correto, não se referente ao efeito da cavidade temporária no corpo humano.

QUESTÃO 58. A respeito de abordagens epistemológicas que embasam as teorias abolicionistas da criminologia, julgue os itens a seguir:

I. Louk Hulsman, sob uma perspectiva fenomenológica recusou a ideia de crime como uma categoria ontológica, sustentou que o sistema penal cria realidades artificiais por meio de linguagens excludentes e processos simbólicos de rotulação, e propôs sua substituição por práticas de comunicação e diálogo entre infratores e vítimas, com vistas a uma solução consensual e efetiva para os conflitos.

II. Thomas Mathiesen adotou uma abordagem marxista do abolicionismo, tendo reconhecido o sistema penal como um instrumento funcional à ordem capitalista, voltado a contenção das classes subordinadas e à manutenção das relações de dominação, razão pela qual defendeu a redução da necessidade do sistema penal por meio da adoção de políticas sociais para a diminuição do desemprego e da pobreza e pela descriminalização das drogas.

III. Por meio de uma abordagem fenomenológica-historicista. Nils Christie estabeleceu uma crítica ocidental contemporâneo, com base na ideia de que ele expropria das partes o processo de resolução do conflito, e defendeu uma justiça participativa e comunitária para a pacificação social do conflito.

IV. No abolicionismo penal, um dos movimentos política criminal, sustenta-se a crítica de que o sistema penal não apenas falha em sua função declarada, mas também produz sofrimento institucionalizado, sendo incompatível com os ideais de justiça, dignidade e democracia substantiva.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I, II e III estão certos.

b) Apenas os itens I, II e IV estão certos.

c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

e) Todos os itens estão certos

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão abordou o tema das teorias abolicionistas da criminologia.

A assertiva I está correta, pois vai ao encontro do pensamento de Louk Hulsman. Louk Hulsman defende a supressão universal do direito penal, bem como a abolição institucional “o movimento social que deseja se livrar da justiça criminal da mesma forma que, no passado, as pessoas quiseram se livrar da escravidão e, hoje em dia, querem se livrar de práticas que consideram discriminatórias. Ela abrange as mudanças pessoais na percepção, atitude e comportamento daqueles que se empenham nas transformações do sistema penal. A abolição acadêmica, por sua vez, é parte da questão de como abordar o fenômeno do crime e da justiça criminal em um contexto acadêmico. Seria “a abolição da linguagem prévia sobre justiça criminal e a substituição desta linguagem por uma outra, que permita submeter a justiça criminal a uma hipótese crítica, que desafie a sua naturalidade e necessidade”. Recusa-se os discursos dominantes sobre esses conceitos por sua falta de independência em relação às práticas sociais existentes e na medida em que sustentam a falsa ideia de uma justiça criminal natural e necessária.

A assertiva II está correta. Aponta a falência do sistema prisional. Mathiesen é, juntamente com Nils Christie e Louk Hulsman, um dos maiores representantes do movimento abolicionista carcerário. Escreve em Norueguês e Inglês, tendo muitas de suas obras traduzidas para outros idiomas, como Sueco, Alemão, Italiano e Espanhol. Tem se dedicado à criminologia radical, tratando sobre a prisão, política criminal, mídia e sistemas de vigilância surgidos com a modernização. Mathiesen defende em suas obras a abolição da prisão por ser completamente ineficaz para a consecução dos fins a que supostamente se propõe. Em sua obra *Prison on Trial*, demonstra a falência dos principais fundamentos justificadores da prisão. O sociólogo aponta que não se produz os efeitos desejados de prevenção individual e tampouco de prevenção geral, bem como não se atinge a justiça por meio da prisão.

A assertiva III está correta. Nils Christie adota esse pensamento. Christie critica vigorosamente o sistema por sua burocratização excessiva e pela judicialização dos conflitos, processos que, segundo ele, perpetuam sistemas de desigualdade social e marginalizam as comunidades mais vulneráveis.

A assertiva IV está correta. O abolicionismo penal trata-se de um novo meio de vida que se propõe a pensar uma diferente forma de análise do Direito Penal e do próprio caráter punitivo do Estado, questionando o verdadeiro significado das punições e das instituições, com o objetivo de construir outras formas de liberdade e justiça.

QUESTÃO 59. Acerca das teorias sociológicas do crime, julgue os itens que se seguem.

I. A teoria da desorganização social, defendida por Robert Park e Ernest Burgess, atribui o incremento da criminalidade nas grandes cidades à debilidade do controle social informal, à desordem e à falta integração e sentimento solidariedade entre seus membros.

II. A teoria da anomia, proposta por Robert King Merton, pressupõe que o comportamento criminoso é resultado da ausência de normas sociais e morais em contextos de desorganização cultural, sem considerar a estrutura de oportunidades legítimas e a tensão os meios institucionalizados e fins culturais.

III. A teoria da rotulação social (labelling approach), sustentada por Howard Becker e Edwin Lemert, desloca o foco do ato desviante para a reação social, compreendendo o desvio como resultado de um processo interacional que estigmatiza o indivíduo, potencializando o desvio secundário.

IV. A teoria das janelas quebradas, defendida por Wilson e Kelling, parte do pressuposto de que a tolerância a pequenos sinais de desordem e incivilidade em espaços urbanos favorece o aumento da criminalidade, legitimando práticas de controle imediato e repressivo.

Assinale a opção correta

- a) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- b) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão abordou o tema das teorias sociológicas do crime.

A assertiva I está correta, eis que a Escola de Chicago (teoria da desorganização social) foi o berço da sociologia americana nos anos 30, tendo como objeto de estudo a cidade como ente vivo, capaz de influenciar as condutas criminosas. Tem como precursor Robert Park. “Explicação ecológica do crime”: metodologia de colocação dos resultados da criminalidade sobre o mapa da cidade, pois é a cidade o ponto de partida da estrutura ecológica onde ocorre o crime. Em função do crescimento desordenado da cidade de Chicago, que se expandiu do centro para a periferia, inúmeros e graves problemas sociais, econômicos, culturais, etc, criaram ambiente favorável à instalação da criminalidade, ainda mais pela ausência de mecanismos de controle social.

A assertiva II está incorreta, pois a teoria da anomia, como proposta por Robert King Merton, não apenas considera a ausência de normas sociais e morais em contextos de desorganização cultural, mas também a estrutura de oportunidades legítimas e a tensão entre meios institucionalizados e fins culturais.

A assertiva III está correta, pois para a teoria do labelling approach, a criminalidade não é uma qualidade da conduta humana, mas a consequência de um processo em que se atribui tal “qualidade” (estigmatização).

H. Becker sustentava que o desvio não está no ato cometido, tampouco naquele que o comete, mas que o desvio é a consequência visível da reação social a um dado comportamento.

Assertiva IV é verdadeira, pois a teoria das janelas quebradas apresenta relação entre a impunidade (ou punição insuficiente) e o crescimento da delinquência. A tolerância de delitos menores (aplicando, por exemplo, medidas alternativas ao invés de pena), acaba por estimular os criminosos a praticarem delitos cada vez mais graves e violentos.

QUESTÃO 60. Em sua crítica ao modelo carcerário das sociedades capitalistas contemporâneas, (Alessandro Baratta analisou os efeitos do encarceramento, tendo distinguido duas dimensões centrais: a perda de contato com os valores sociais do mundo externo (desculturação), e a prisionalização, (aculturação carcerária). Consoante essa análise,

a) a experiência carcerária constitui mecanismo de controle social formal cuja função é, em grande parte, reprodutora da exclusão, promovendo o afastamento do preso dos valores sociais convencionais e facilitando sua adaptação à lógica carcerária.

b) o modelo prisional contemporâneo, ao evitar a interferência de lideranças internas, assegura a função educativa do encarceramento e desestimula a formação de identidades criminais ou conformistas.

c) aculturação prisional representa um mecanismo de resistência do preso em face da repressão estatal, sendo expressão autêntica de autonomia política e reabilitação moral.

d) o cárcere, embora cause certo abalo psíquico inicial, cumpre efetivamente a função de ressocialização, ao proporcionar autorreflexão e ruptura com valores antissociais, desde que mantido o isolamento do preso.

e) a prisão produz um processo de ressocialização espontânea em que o preso recupera o senso de responsabilidade social a o assumir, dentro do presídio, funções disciplinares reconhecidas pela administração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão abordou o tema os efeitos do encarceramento.

A alternativa A está correta, eis que descreve o pensamento do autor citado na questão, Alessandro Baratta, filósofo, sociólogo e jurista italiano de grande influência nas décadas de 1970 a 1990 nos campos da filosofia do direito e sociologia jurídica, contribuindo principalmente com críticas ao sistema penal e à criminologia tradicional. É considerado um dos precursores da corrente da criminologia crítica, além de ter impulsionado a teoria abolicionista e o garantismo penal – direito penal mínimo. A criminologia crítica propõe alteração do foco no processo de criminalização do autor para as condições objetivas, estruturais e funcionais da própria sociedade. Coloca como verdadeira conduta criminosa a disfuncionalidade das estruturas sociais, as condutas das minorias privilegiadas e dominadoras em detrimento dos dominados. Em consequência, defende uma política criminal alternativa, com garantias jurídicas e respeito aos direitos humanos, no qual

consiste em uma ampla política de descriminalização e, a longo prazo, a superação do cárcere e do direito penal.

A alternativa B está incorreta, eis que o sistema prisional vigente não assegura a função educativa do encarceramento e, ainda, estimula a formação de identidades criminais ou conformistas.

A alternativa C está errada, pois não há que se falar em reabilitação moral dos presos dentro do sistema penal, muito pelo contrário, o que se verifica é grande número de reincidência criminal.

A alternativa D está incorreta, pois o cárcere não cumpre a função de ressocialização, pois não proporciona, por diversas razões sociais e políticas, condições de o egresso se ressocializar em sociedade.

A alternativa E está incorreta, pois a prisão não produz ressocialização espontânea, uma vez que o preso não recupera o senso de responsabilidade social a o assumir. Na verdade, é o inverso, vemos nos presídios uma “faculdade da criminalidade”.

QUESTÃO 61. No que diz respeito ao controle social, objeto de estudo da criminologia, julgue os itens seguintes.

I. O controle social informal é exercido pela sociedade civil, mediante a difusão de regras sociais que são internalizadas na sociedade, para promover a educação do indivíduo no contexto social.

II. Diversos órgãos são responsáveis pelo controle social formal, por exemplo, a polícia judiciária, o Ministério Público e o Poder Judiciário, e tal controle se subdivide em três seleções, enquadrando-se a atuação da polícia na denominada primeira seleção.

III. Denomina-se segunda seleção a classificação que corresponde ao andamento do processo judicial criminal, no qual podem ocorrer a condenação do autor pelo fato criminoso e a aplicação da respectiva pena cabível.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

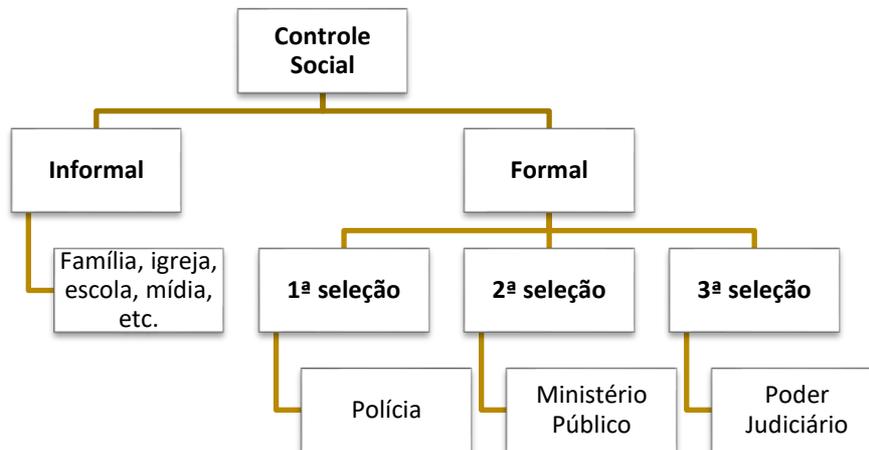
Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão abordou o tema Controle Social Formal.

A assertiva I está correta, pois descreve perfeitamente o controle social informal, formado pela sociedade civil.

A assertiva II está correta, pois descreve perfeitamente o controle social formal, formado pelos órgãos estatais.

A assertiva III está incorreta, pois o Poder Judiciário faz parte da 3ª Seleção.



QUESTÃO 62. Durante uma operação policial em uma comunidade periférica, agentes da polícia civil efetuaram prisões em flagrante de 15 jovens por tráfico de drogas. Após a lavratura dos autos de prisão, a autoridade policial representou pela prisão preventiva da maioria dos conduzidos. O Ministério Público, ao analisar os autos, ofereceu denúncia apenas contra cinco dos quinze presos, sob o argumento de insuficiência probatória em relação aos demais. O juiz, ao receber a denúncia, proferiu sentença condenatória contra três dos acusados e absolveu os outros dois por ausência de provas. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta em relação à aplicação do conceito de controle social formal conforme a doutrina criminológica.

- a) o julgamento e a condenação dos jovens pelo Poder Judiciário refletem a segunda seleção, pois é nesse momento que ocorre a triagem processual efetiva do sistema de justiça criminal.
- b) O controle social formal atua de maneira indiferenciada, sem filtros ou seleções, sendo a lei penal aplicada igualmente a todos os envolvidos e m fato criminoso.
- c) A decisão do Ministério Público de denunciar apenas parte dos investigados caracteriza a primeira seleção, haja vista a escolha de quem deveria responder judicialmente.
- d) A atuação da polícia civil representa a primeira seleção do sistema penal.
- e) A representação da autoridade policial pela prisão preventiva corresponde à segunda seleção do sistema penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão abordou o tema Controle Social Formal.

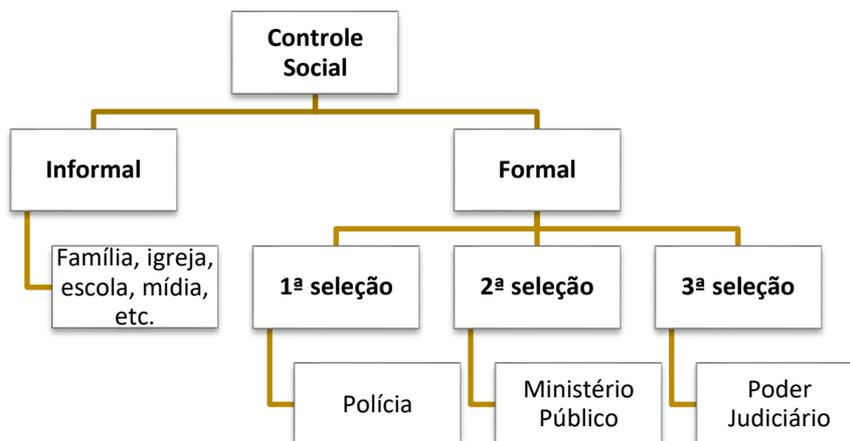
A alternativa D está correta, pois a atuação da Polícia Civil realmente faz parte da 1ª Seleção.

A alternativa A está incorreta, pois o Poder Judiciário faz parte da 3ª seleção.

A alternativa B está incorreta, pois o controle social formal atua, infelizmente, de maneira diferente, isto é, depende de várias condições particulares do criminoso.

A alternativa C está incorreta, pois a atuação do MP faz parte da 2ª Seleção.

A alternativa E está incorreta, pois a atuação da Polícia Civil faz parte da 1ª Seleção.



QUESTÃO 63. A respeito da concepção do delinquente como objeto da criminologia, segundo diferentes escolas criminológicas, assinale a opção correta.

a) A escola correcionalista rompe com o determinismo positivista ao considerar o criminoso um infrator ocasional, que deve ser punido exemplarmente para fins de prevenção geral.

b) De acordo com a escola correcionalista, o criminoso é um indivíduo que necessita de correção e a pena tem função terapêutica.

c) Segundo a escola clássica, o delinquente é um ser patológico, biologicamente determinado a o crime, e a pena deve ser terapêutica, com vistas à reabilitação moral do criminoso.

d) Segundo a visão correcionalista, o criminoso deve neutralizado, pois representa um perigo irreversível à ordem social, sendo a pena dotada de natureza meramente retributiva.

e) De acordo com a escola positivista, o criminoso é um ser racional, moralmente responsável por suas escolhas, e a sanção tem função retributiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão abordou o conceito do delinquente segundo as variadas escolas da criminologia.

A alternativa A está incorreta, pois trata do conceito de criminoso da escola clássica.

A alternativa B está correta, pois descreve corretamente o conceito de criminoso para a escola correcionalista, o criminoso é um indivíduo que necessita de correção e a pena tem função terapêutica.

A alternativa C está incorreta, pois trata do conceito de criminoso trazido pela escola positivista.

A alternativa D está incorreta, pois a pena para a escola correcionalista tem função terapêutica e não retributiva.

A alternativa E está incorreta, porque segundo a escola positivista o criminoso é um ser atávico, um selvagem que é biologicamente voltado ao cometimento do crime e não tem livre-arbítrio.

QUESTÃO 64. O conceito de delito não é exatamente o mesmo para o direito penal e para a criminologia. No direito penal, delito é a ação ou omissão típica, ilícita e culpável. Na criminologia, no entanto, como o crime deve ser encarado como um fenômeno comunitário e como um problema social, tal conceituação é insuficiente. Ademais, que fatores levam os homens, vivendo em sociedade, a "promover" um fato humano corriqueiro à condição de crime?

Sérgio Salomão Shecaira. Criminologia 6.ª ed, rev. e atual São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 46 (com adaptações)

Tendo como referência inicial as informações do texto precedente, assinale a opção em que são citados elementos constitutivos do delito conforme a perspectiva da criminologia,

a) previsão legal expressa, adequação típica formal, resultado naturalístico e ausência de excludentes de ilicitude.

b) gravidade abstrata do fato, potencial ofensivo presumido, sanção penal cominada e repercussão midiática.

c) incidência massiva na população, incidência aflitiva do ato praticado, persistência espaço-temporal do ato delituoso e consenso sobre sua etiologia e técnicas de intervenção

d) lesividade presumida, reprovabilidade moral, indignação pública e resposta penal proporcional ao bem jurídico violado.

e) tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão abordou o conceito de crime para a Criminologia, o qual não tem a mesma definição trazida pelo direito penal, qual seja: fato típico, ilícito e culpável.

A alternativa A está incorreta, pois cabe do Direito Penal a previsão legal expressa dos tipos penais.

A alternativa B está incorreta, pois a gravidade abstrata do fato não condiz com o conceito da Criminologia.

A alternativa C está correta, pois para criminologia, o crime deve ter incidência massiva na população, incidência aflitiva do ato praticado, persistência espaço-temporal do ato delituoso e consenso sobre etiologia e técnicas de intervenção eficazes.

A alternativa D está incorreta, eis que lesividade presumida, reprovabilidade moral, indignação pública e resposta penal proporcional ao bem jurídico violado não tem nenhuma relação com a criminologia.

A alternativa E está incorreta, pois a tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade referem-se ao conceito analítico de crime para o direito penal.

QUESTÃO 65. Um dos expoentes da escola positivista da criminologia, Cesare Lombroso,

a) defendia o livre-arbítrio como fundamento da imputabilidade penal.

b) adotou o método empírico-indutivo, em suas investigações, sendo essa sua principal contribuição para a criminologia.

c) defendia o determinismo social, apontando fatores antropológicos, sociais, e físicos como as causas do delito.

d) classificava os delitos em legais e naturais.

e) desenvolveu uma tipologia penal baseada nos conceitos de dolo e culpa, com foco no fato jurídico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão abordou o conceito da escola positivista, sob viés de Cesare Lombroso.

A alternativa A está incorreta, pois quem defendia o livre-arbítrio eram os clássicos.

A alternativa B está correta, pois Cesare Lombroso, o principal expoente da Escola Positivista, adotou o método empírico-indutivo, em suas investigações, sendo essa sua principal contribuição para a criminologia, pois foi a partir daí que se iniciou o período científico da criminologia.

A alternativa C está incorreta, porque para Lombroso os fatores exógenos (a vida social, etc) eram apenas aspectos motivadores dos fatores endógenos, pois o criminoso nasce criminoso (determinismo biológico).

A alternativa D está incorreta, afirmava que o crime não é uma entidade jurídica, mas sim um fenômeno biológico, razão pela qual o método indutivo-experimental deveria ser o empregado.

A alternativa E está incorreta, pois a principal tese de Lombroso foi, sem sombra de dúvidas, a do criminoso ATÁVICO, uma espécie de “selvagem”, degenerado, com deformidades físicas. O homem nascia criminoso.

QUESTÃO 66. A escola clássica da criminologia:

a) buscou explicar cientificamente as causas do delito, a partir do método empírico-indutivo.

b) sustentou que a finalidade precípua de prevenção especial da pena é atuar como instrumento de defesa social.

c) fundamentou a responsabilidade penal no livre-arbítrio e na autodeterminação do indivíduo.

d) representou nascimento da criminologia científica, a partir da publicação da obra Dos delitos e das penas, de Cesare Beccaria.

e) centralizou seus estudos na figura do delincente e fundamentou a responsabilidade penal na teoria determinista.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão abordou o conceito da escola CLÁSSICA.

A alternativa A está incorreta, pois esse é o estudo da escola positivista.

A alternativa B está incorreta, pois quem buscou explicar cientificamente as causas do delito, a partir do método empírico-indutivo foi a escola positivista e não a escola clássica que utilizava o método dedutivo e abstrato.

A alternativa C está correta, eis que a escola clássica, cujo principal expoente é Cesare Beccaria, pregava o Livre-arbítrio e autodeterminação. É baseada no Iluminismo e princípios como legalidade, humanidade e dignidade; contrapõe-se às torturas e desrespeitos aos direitos fundamentais praticados no antigo regime absolutista; a pena deve ser proporcional ao delito, certa, conhecida e justa; a pena é uma resposta à prática do delito revelando seu cunho retribucionista; a responsabilidade penal fundamenta-se no LIVRE ARBÍTRIO.

A alternativa D está incorreta, pois foi a escola positivista que entendia que a finalidade precípua de prevenção especial da pena é atuar como instrumento de defesa social. Para a escola clássica, a pena tem a função retributiva do mal causado pelo criminoso.

A alternativa E está incorreta, pois foi a escola positivista que fundamentou a responsabilidade penal na teoria determinista.

QUESTÃO 67. Acerca da capacidade e da personalidade civil da pessoa natural, assinale a opção correta.

- a) A teoria da capacidade reduzida assegura os direitos patrimoniais do nascituro a partir da concepção.**
- b) São absolutamente incapazes os menores de 16 anos de idade, os ébrios habituais, os viciados em tóxico e os pródigos.**
- c) Conforme a teoria concepcionista, a personalidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida.**
- d) Código Civil adota a teoria da personalidade condicionada, pois prevê que a personalidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida, mas assegura os direitos do nascituro desde a concepção.**
- e) A legislação brasileira determina as regras sobre o começo e fim da personalidade civil do cidadão brasileiro, independentemente do país onde ele seja domiciliado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta pois a teoria da capacidade reduzida se relaciona com os entes que, suscetíveis de aquisição de direitos, não se enquadram nos conceitos de pessoa, natural ou jurídica, do Código Civil.

A alternativa B está incorreta pois o Código Civil, após reforma promovida pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, passou a prever que apenas os menores de 16 anos são absolutamente incapazes. Não há, portanto, outras hipóteses de incapacidade absoluta no Código Civil.

A alternativa C está incorreta pois a teoria concepcionista diz que o começo da personalidade civil da pessoa natural se inicia da concepção. A teoria que afirma que o começo da personalidade civil da pessoa natural começa com o nascimento com vida é chamada de teoria natalista.

A alternativa D está correta. Em que pese a divergência doutrinária acerca da teoria adotada pelo Código Civil acerca do início da personalidade da pessoa natural, parte da doutrina aponta que a redação do artigo 2º do Código Civil aponta a teoria da personalidade condicionada, ao prever que a personalidade civil começa do nascimento com vida, mas os direitos estão a salvos desde a concepção, isto é, os direitos do nascituro ficam sob condição suspensiva, qual seja, o nascimento com vida, passando a gozá-los ou não a depender da condição do nascimento.

A alternativa E está incorreta. As normas acerca do começo e do fim da personalidade estão prevista na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e o artigo 7 afirma que a lei do país de domicílio da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, ou seja, independente de se tratar de cidadão

brasileiro, as regras sobre início e fim da personalidade serão regidas pela lei do país em que domiciliada a pessoa.

QUESTÃO 68. Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a opção correta.

a) A lei revogada se restaura, de imediato, em razão da perda da vigência da lei que a revogou.

b) Lei nova que estabeleça disposições gerais e especiais a par das já existentes revoga a lei anterior.

c) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

d) Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país no primeiro dia útil após sua publicação.

e) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se no primeiro dia útil do ano seguinte ao de sua publicação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão exige do candidato a literalidade da LINDB.

A alternativa A está incorreta. O fenômeno apontado na alternativa é a repristinação, com previsão no artigo 2º, § 3º da LINDB. Segundo o dispositivo legal, a repristinação não ocorre de forma automática, sendo necessária previsão expressa para que uma lei já revogada seja restaurada em virtude da perda de vigência da lei revogadora.

A alternativa B está incorreta, pois o seu artigo 2º, § 2º da LINDB diz que a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existente, não revoga nem modifica a lei anterior.

A alternativa C está correta e reflete a literalidade do artigo 6º da LINDB.

A alternativa D está incorreta, pois o artigo 1º da LINDB estabelece que o prazo de *vacatio legis* é de 45 dias após oficialmente publicada, e não no primeiro dia útil seguinte à publicação.

A alternativa E está incorreta, pois nos termos do artigo 1º, § 1º da LINDB, a *vacatio legis* da lei brasileira para os estados estrangeiros é de três meses, e não de um dia útil.

QUESTÃO 69. No que se refere à aquisição da propriedade conforme o disposto no Código Civil, assinale a opção correta.

a) aquele que exercer por dois anos, ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, de imóvel urbano de até 250 metros quadrados cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

b) aquele que possuir como sua área urbana de até 250 metros quadrados, ininterruptamente e sem oposição, por cinco anos, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, mesmo sendo proprietário de outro imóvel.

c) aquele que possuir coisa móvel como sua, continuamente e sem contestação, com justo título e boa-fé, por no mínimo , dois anos, adquirir-lhe á a propriedade por usucapião.

d) adquire a propriedade do imóvel aquele que, continuamente e sem contestação, com justo título e boa-fé, o possuir por cinco anos, independentemente de qualquer outra condição.

e) aquele que possuir como seu um imóvel, sem interrupção nem oposição, por dez anos, ainda que nele não tenha estabelecido sua moradia habitual nem realizado obras ou serviços de caráter produtivo, torna-se seu proprietário, independentemente de título e da boa-fé.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exige do candidato o conhecimento da literalidade das hipóteses de aquisição de propriedade por usucapião nos termos do Código Civil.

A alternativa A está correta pois reflete o constante do artigo 1.240-A do Código Civil, que trata da modalidade de usucapião especial familiar.

A alternativa B está incorreta pois não reflete os requisitos constantes do artigo 1.240 do Código Civil, que trata da usucapião especial urbana, que também conta com assento constitucional (art. 183, CF). Um dos requisitos é que o usucapiente não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

A alternativa C está incorreta, pois o artigo 1.260 do Código Civil prevê que a aquisição da propriedade móvel por usucapião, mediante justo título e boa-fé exige a posse por 3 anos, e não 2, como consta na alternativa.

A alternativa D está incorreta, pois a usucapião ordinária (aquele que exige justo título e boa-fé) possui prazo de 10 anos, conforme artigo 1.242 do Código Civil. Para se valer do prazo reduzido de 5 anos, nos termos do parágrafo único, o possuidor deve ter adquirido o imóvel onerosamente e, posteriormente, tê-lo cancelado, além de ter estabelecido sua moradia ou realizado investimentos de interesse social e econômico. É o que a doutrina chama de usucapião tabular.

A alternativa E está incorreta, pois a usucapião extraordinária, sem estabelecimento de moradia ou realização de obras ou serviços de caráter produtivo se dará no prazo de 15 anos, conforme o artigo 1.238 do Código Civil, sendo que nos termos do parágrafo único, o prazo de 10 anos demanda que o possuidor tenha, no imóvel a ser usucapido, estabelecido sua moradia habitual ou realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

QUESTÃO 70. Acerca dos processos de transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades, assinale a opção correta.

a) Fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para a formação de sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

b) No processo de incorporação, desaparecem todas as sociedades e surge uma sociedade com estrutura decorrente da incorporação.

c) Na cisão, uma das sociedades desaparece e a remanescente permanece ativa, absorvendo a estruturação patrimonial daquela.

d) Nas operações de incorporação, fusão e cisão entre companhias abertas, as sociedades que se sucederem serão abertas ou fechadas.

e) O ato de transformação acarreta a dissolução da sociedade transformada, surgindo em seu lugar uma nova sociedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema operações societárias.

A alternativa A está correta. Corresponde à literalidade do conceito de fusão previsto na legislação. De acordo com o artigo 228 da LSA - Lei 6.404/76: “A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.” O Código Civil ainda dispõe, em seu Art. 1.119 que: “A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.”;

A alternativa B está incorreta. De acordo com o Art. 227 da LSA: “A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.”;

A alternativa C está incorreta. Conforme o art.229 da LSA Art. 229. A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

A alternativa D está incorreta. Neste caso também serão companhias abertas, conforme dispõe o Art. 223.º da LSA: “Se a incorporação, fusão ou cisão envolverem companhia aberta, as sociedades que a sucederem serão também abertas, devendo obter o respectivo registro e, se for o caso, promover a admissão de negociação das novas ações no mercado secundário, no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data da assembléia-geral que aprovou a operação, observando as normas pertinentes baixadas pela Comissão de Valores Mobiliários.”;

A alternativa E está incorreta. A transformação não acarreta dissolução, conforme dispõe a LSA Art. 220: “A transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro.”.

QUESTÃO 71. Assinale a opção correta em relação à responsabilidade civil.

a) A teoria do risco administrativo exclui a necessidade de se provar a culpa do agente estatal para fins de responsabilização civil, entretanto requer que o dano sofrido e o nexo de causalidade estejam interligados com a atividade pública.

b) A culpa decorrente da negligência está associada à falta de aptidão ou habilidade específica para a realização de uma atividade técnica ou científica.

c) A teoria do risco profissional é restrita à responsabilidade subjetiva dos empregadores por acidentes causados diretamente a seus empregados.

d) A teoria da culpa pressupõe a intenção deliberada do agente em ofender o direito ou ocasionar prejuízo a outrem.

e) A responsabilidade civil objetiva é aquela entre cujos pressupostos se encontra o elemento culpa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois a responsabilidade civil objetiva pela teoria do risco administrativo encontra guarida no artigo 37, § 6º da Constituição Federal e, embora prescindida da culpa do agente estatal, isto é, o Estado responderá ainda que o agente público causador do dano não tenha agido com culpa ou dolo, é imprescindível demonstrar o dano e a relação de causalidade entre o dano e o ato praticado.

A alternativa B está incorreta pois, em que pese o Código Civil não conceituar os institutos da negligência, imprudência ou imperícia, a doutrina o faz, e o caso apontado se trata de culpa por imperícia, e não por negligência.

A alternativa C está incorreta pois a teoria do risco profissional é hipótese de responsabilidade objetiva, e não subjetiva, conforme apontado na alternativa (artigo 927, parágrafo único do Código Civil).

A alternativa D está incorreta pois a alternativa trata, em verdade, do conceito de dolo. A culpa consiste na inobservância de um dever objetivo de cuidado.

A alternativa E está incorreta pois a responsabilidade objetiva prescinde do elemento culpa, ou seja, a responsabilidade objetiva acarreta a obrigação de indenizar o dano causado independentemente de dolo ou culpa do causador do dano.

QUESTÃO 72. Considerando as disposições legais aplicáveis às sociedades limitadas, assinale a opção correta.

a) Para a constituição das quotas do capital social, admite-se contribuição que consista na prestação de serviços.

b) Para a constituição de uma sociedade limitada, exigem-se, pelo menos, duas pessoas.

c) A administração atribuída no contrato social a todos os sócios se estende, de pleno direito, aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

d) A sociedade pode ser dissolvida judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando verificada sua inexecutabilidade.

e) Todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, independentemente da quantidade de cotas que cada um possua.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema sociedades limitadas.

A alternativa A está incorreta. É vedada a contribuição na forma de prestação de serviço, conforme dispõe o Código Civil Art. 1.055: “O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio. § 1º Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade. § 2º É vedada contribuição que consista em prestação de serviços.”;

A alternativa B está incorreta. É possível a sociedade unipessoal, na forma prevista no Código Civil, art. 1.052 § 1º: “A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.”;

A alternativa C está incorreta. Contraria o Código Civil, que dispõe no Art. 1.060: “A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado. Parágrafo único. A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.”;

A alternativa D está incorreta. O Código Civil em seu Art. 1.034 elenca outras hipóteses de dissolução: “A sociedade pode ser dissolvida judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando: I - anulada a sua constituição; II - exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade.”;

A alternativa E está correta. De acordo com o Código Civil, Art. 1.052: “Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social”.

QUESTÃO 73. A respeito da recuperação judicial e da extrajudicial, assinale a opção correta.

a) O processo de recuperação extrajudicial não abrange créditos trabalhistas.

b) Empresas públicas e sociedades de economia mista estão sujeitas à recuperação extrajudicial.

c) A rejeição do plano de recuperação judicial ou extrajudicial acarretará, de imediato, a decretação de falência.

d) O É assegurado ao devedor em processo de recuperação judicial requerer a homologação de plano de recuperação extrajudicial simultaneamente.

e) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema recuperação judicial e extrajudicial.

A alternativa A está incorreta. Conforme a Lei nº 11.101/2005 que prevê no artigo 161 § 1º que: “Estão sujeitos à recuperação extrajudicial todos os créditos existentes na data do pedido, exceto os créditos de natureza tributária e aqueles previstos no § 3º do art. 49 e no inciso II do **caput** do art. 86 desta Lei, e a sujeição dos créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho exige negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria profissional.”;

A alternativa B está incorreta. A lei nº11.101/2005 não se aplica a tais empresas por expressa disposição legal: “Art. 2º Esta Lei não se aplica a: I – empresa pública e sociedade de economia mista.”;

A alternativa C está incorreta. A lei nº11.101/2005 prevê no Art. 69-L. que: “Admitida a consolidação substancial, os devedores apresentarão plano unitário, que discriminará os meios de recuperação a serem empregados e será submetido a uma assembleia-geral de credores para a qual serão convocados os credores dos devedores. § 2º A rejeição do plano unitário de que trata o **caput** deste artigo implicará a convocação da recuperação judicial em falência dos devedores sob consolidação substancial.”;

A alternativa D está incorreta. Não é possível a simultaneidade, conforme rege o artigo 6º § 8º:” A distribuição do pedido de falência ou de recuperação judicial ou a homologação de recuperação extrajudicial previne a jurisdição para qualquer outro pedido de falência, de recuperação judicial ou de homologação de recuperação extrajudicial relativo ao mesmo devedor.”;

A alternativa E está correta. De acordo com a Lei nº 11.101/2005 que dispõe em seu Art. 3º que: “É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.”.

QUESTÃO 74. No que se refere ao processo falimentar, assinale a opção correta.

a) O juízo indivisível da falência é o competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, incluídas causas trabalhistas e fiscais.

b) A decretação da falência implica a suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime falimentar.

c) O devedor não é habilitado a requerer a própria falência.

d) São eficazes, em relação à massa falida, os atos praticados a título gratuito desde dois anos antes da decretação da falência.

e) Na falência, são exigíveis do devedor as despesas que os credores fizerem para tomar parte no processo falimentar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema recuperação judicial e extrajudicial.

A alternativa A está incorreta. Contraria o disposto no Art. 76 da Lei nº11.101/2005: “O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas nesta Lei em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo.”;

A alternativa B está correta. De acordo com a Lei nº11.101/2005 no Art. 6º: “A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei.”;

A alternativa C está incorreta. O devedor é legitimado, conforme prevê o Art. 97 da Lei nº11.101/2005: “Podem requerer a falência do devedor: I – o próprio devedor, na forma do disposto nos arts. 105 a 107 desta Lei.”;

A alternativa D está incorreta. São ineficazes, conforme disposto na Lei nº11.101/2005 em seu Art. 129: “São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores: I – o pagamento de dívidas não vencidas realizado pelo devedor dentro do termo legal, por qualquer meio extintivo do direito de crédito, ainda que pelo desconto do próprio título; II – o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado dentro do termo legal, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato; III – a constituição de direito real de garantia, inclusive a retenção, dentro do termo legal, tratando-se de dívida contraída anteriormente; se os bens dados em hipoteca forem objeto de outras posteriores, a massa falida receberá a parte que devia caber ao credor da hipoteca revogada; IV – a prática de atos a título gratuito, desde 2 (dois) anos antes da decretação da falência; V – a renúncia à herança ou a legado, até 2 (dois) anos antes da decretação da falência; VI – a venda ou transferência de estabelecimento feita sem o consentimento expresso ou o pagamento de todos os credores, a esse tempo existentes, não tendo restado ao devedor bens suficientes para solver o seu passivo, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, não houver oposição dos credores, após serem devidamente notificados, judicialmente ou pelo oficial do registro de títulos e documentos; VII – os registros de direitos reais e de transferência de propriedade entre vivos, por título oneroso ou gratuito, ou a averbação relativa a imóveis realizados após a decretação da falência, salvo se tiver havido prenotação anterior. Parágrafo único. A ineficácia poderá ser declarada de ofício pelo juiz, alegada em defesa ou pleiteada mediante ação própria ou incidentalmente no curso do processo.”;

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe o Art. 5º da Lei nº11.101/2005: “Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência: I – as obrigações a título gratuito; II – as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.”.

QUESTÃO 75. Em relação aos títulos de crédito, assinale a opção correta.

a) O pagamento de título de crédito que contenha obrigação de pagar soma determinada pode ser garantido por aval parcial.

b) O credor pode recusar o pagamento parcial do título de crédito no seu vencimento.

c) A omissão de qualquer requisito legal, caso tire ao escrito sua validade como título de crédito, implica a invalidade negócio jurídico que lhe deu origem.

d) A transferência do título de crédito implica a de todos os direitos que lhe são inerentes.

e) Após pagar o título de crédito, o avalista não tem prerrogativa de ação de regresso contra o avalizado os demais coobrigados anteriores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema títulos de crédito.

A alternativa A está incorreta. É vedado o aval parcial, conforme prevê o Código Civil em seu Art. 897: “O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval. Parágrafo único. É vedado o aval parcial.”;

A alternativa B está incorreta. Não poderá recusar, é o que prevê o Código Civil no Art. 902: “Não é o credor obrigado a receber o pagamento antes do vencimento do título, e aquele que o paga, antes do vencimento, fica responsável pela validade do pagamento. § 1º No vencimento, não pode o credor recusar pagamento, ainda que parcial.”;

A alternativa C está incorreta. A invalidade do título não implica na do negócio jurídico, pois aquele tem como característica a abstratividade, expressamente prevista pelo Código Civil no Art. 888: “A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.”;

A alternativa D está correta. De acordo com o Código Civil Art. 893. “A transferência do título de crédito implica a de todos os direitos que lhe são inerentes.”;

A alternativa E está incorreta. Terá sim direito o avalista à ação de regresso, conforme prevê o Código Civil no Art. 899: “O avalista equipara-se àquele cujo nome indicar; na falta de indicação, ao emitente ou devedor final. § 1º Pagando o título, tem o avalista ação de regresso contra o seu avalizado e demais coobrigados anteriores.”.

QUESTÃO 76. Assinale a opção correta de acordo com as normas fundamentais do processo civil.

a) É vedado ao julgador decidir com base em fundamento jurídicos não submetidos ao contraditório no decorrer do processo, sob pena de violação ao princípio da não surpresa previsto no Código de Processo Civil (CPC).

b) O dever de colaboração processual não implica dever do juiz de auxiliar as partes para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

c) O *venire contra factum proprium* não se aplica aos serventuários da justiça, uma vez que eles não participam do processo.

d) Embora não se aplique aos deveres e à aplicação de sanções processuais, a paridade de tratamento entre as partes é assegurada em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais.

e) Há ofensa ao princípio da cooperação previsto no Código de Processo Civil (CPC) na hipótese de o tribunal conferir classificação jurídica a fatos controvertidos contrários à pretensão da parte, mediante a aplicação da lei aos fatos narrados nos autos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema normas fundamentais do processo civil.

A alternativa A está correta. O Código de Processo Civil prevê expressamente o princípio da não surpresa que dispõe sobre a vedação do julgador decidir com base em fundamento jurídico não submetido ao contraditório. Conforme artigo 10 do CPC: " Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício."

A alternativa B está incorreta. O dever de colaboração processual implica no dever do juiz de auxiliar as partes, para que obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. Esse dever do magistrado é uma norma fundamental do processo civil, conforme artigo 6º do Código de Processo Civil: " Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva."

A alternativa C está incorreta. O *venire contra factum proprium* se aplica aos serventuários da justiça, é dever de todos cooperar com o processo e agir de boa-fé. Conforme o artigo 5º do Código de Processo Civil: "Art 5º Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé."

A alternativa D está incorreta. É aplicado aos deveres e às sanções processuais. Conforme o artigo 7º do Código de Processo Civil: "Art. 7º É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório."

A alternativa E está incorreta. Assertiva em desconformidade com entendimento do STJ que dispõe: "na linha dos precedentes desta Corte, não há ofensa ao princípio da não surpresa quando o magistrado, diante dos limites da causa de pedir, do pedido e do substrato fático delineado nos autos, realiza a tipificação jurídica da pretensão no ordenamento jurídico posto, aplicando a lei adequada à solução do conflito, ainda que as

partes não a tenham invocado (*iura novit curia*) e independentemente de oitiva delas, até porque a lei deve ser do conhecimento de todos, não podendo ninguém se dizer surpreendido com a sua aplicação." (AgInt no REsp 1.799.071/PR, Rel. Min. Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 15/8/2022)." Assim, o magistrado pode conferir classificação jurídica a fatos controvertidos contrários à pretensão da parte, mediante a aplicação da lei aos fatos narrados.

QUESTÃO 77. Acerca da competência no processo civil, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF e do STJ.

a) Compete ao STJ conhecer e julgar conflito de competência estabelecido entre tribunais arbitrais, que ostentam natureza jurisdicional, ainda que vinculados à mesma câmara de arbitragem, se a solução interna para o impasse criado não for objeto de disciplina regulamentar.

b) A competência para processar e julgar ações de reconhecimento de união estável, salvo quando propostas após o falecimento do convivente e na ausência de filhos incapazes, é do juízo correspondente ao último domicílio do casal.

c) Ação ordinária que vise impugnar ato do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) praticado no exercício do seu poder normativo deve ser processada e julgada pela justiça federal de 1.ª instância.

d) A competência para julgamento de ação de indenização por danos morais movida em decorrência de ofensas proferidas em rede social é do foro do domicílio do réu.

e) Segundo entendimento do STF, compete à justiça do trabalho o julgamento de ação ajuizada por empregado público celetista com pedido de natureza administrativa contra o poder público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema competência no processo civil.

A alternativa A está correta. Assertiva em conformidade com o entendimento do STJ que reconhece sua competência nesses casos. Observe: " 1. Competência do STJ para dirimir conflito de competência entre Tribunais arbitrais. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, em atenção à função constitucional que lhe é atribuída no art. 105, I, d, da Carta Magna, conhecer e julgar o conflito de competência estabelecido entre Tribunais Arbitrais, que ostentam natureza jurisdicional, ainda que vinculados à mesma Câmara de Arbitragem, sobretudo se a solução interna para o impasse criado não é objeto de disciplina regulamentar. (CC n. 185.702/DF, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Segunda Seção, julgado em 22/6/2022, DJe de 30/6/2022.)"

A alternativa B está incorreta. A assertiva está em desconformidade com o entendimento do STJ, pois nas ações de reconhecimento de união estável quando proposta após o falecimento do convivente a competência será do último domicílio do casal. Observe: "Na ausência de filhos incapazes, a competência para processar e julgar ações de reconhecimento de união estável, inclusive quando proposta após o

falecimento do convivente, é do juízo correspondente ao último domicílio do casal. STJ. 3ª Turma. REsp 1.909.279-SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 3/12/2024 (Info 23 - Edição Extraordinária).”

A alternativa C está incorreta. As ações propostas em face do CNJ são julgadas pelo STF. Observe a jurisprudência do STF sobre o tema: “Nos termos do artigo 102, inciso I, alínea ‘r’, da Constituição Federal, é competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente todas as decisões do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público proferidas nos exercício de suas competências constitucionais respectivamente previstas nos artigos 103-B, parágrafo 4º, e 130-A, parágrafo 2º, da Constituição Federal”. (STF. Plenário. ADI 4412/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em: 18/11/2020 (Info 1000).

A alternativa D está incorreta. A competência neste caso é do domicílio da vítima. Conforme o entendimento do STJ: " PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIVULGAÇÃO. ATO ILÍCITO. INTERNET. COMPETÊNCIA. DOMICÍLIO DA VÍTIMA. RECURSO PROVIDO. 1. A competência para julgamento de ação de indenização por danos morais, decorrente de ofensas proferidas em rede social, é do foro do domicílio da vítima, em razão da ampla divulgação do ato ilícito... (REsp n. 2.032.427/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 27/4/2023, DJe de 4/5/2023.)”

A alternativa E está incorreta. Conforme entendimento do STF, a competência é da Justiça Comum. Observe: "...fixação da seguinte tese: A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa. 4. Modulação dos efeitos da decisão para manter na Justiça do Trabalho, até o trânsito em julgado e correspondente execução, os processos em que houver sido proferida sentença de mérito até a data de publicação da presente ata de julgamento. (RE 1288440, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/07/2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 25-08-2023 PUBLIC 28-08-2023)”.

QUESTÃO 78. Assinale a opção correta acerca das tutelas provisórias.

a) A obrigação de indenizar, o dano causado pela execução de tutela antecipada posteriormente revogada é consequência da improcedência do pedido, razão pela qual não se exige pronunciamento exposto na sentença.

b) Os danos causados a partir da execução de tutela antecipada suscitam responsabilidade processual objetiva, devendo ser reparados em procedimento de liquidação levado a efeito em autos apartados.

c) O indeferimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente por reconhecimento de prescrição não impede que a parte formule o pedido principal.

d) É admitido o cumprimento provisório de astreintes fixadas em tutela antecedente, ainda que inexistente confirmação pela sentença de mérito.

e) A medida concedida na tutela cautelar requerida em caráter antecedente não perde sua eficácia caso não haja a formulação do pedido principal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema tutelas provisórias.

A alternativa A está correta. Assertiva em conformidade com o entendimento do STJ. Observe: "A obrigação de indenizar a parte adversa dos prejuízos advindos com o deferimento da tutela provisória posteriormente revogada é decorrência ex lege da sentença de improcedência ou de extinção do feito sem resolução de mérito, como no caso, sendo dispensável, portanto, pronunciamento judicial a esse respeito, devendo o respectivo valor ser liquidado nos próprios autos em que a medida tiver sido concedida, em obediência, inclusive, aos princípios da celeridade e economia processual. STJ. 3ª Turma. REsp 1770124-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 21/05/2019 (Info 649)."

A alternativa B está incorreta. Os danos causados a partir da execução de tutela antecipada não devem ser reparados em procedimento de liquidação levado a efeito em autos apartados, conforme entendimento do STJ: " O ressarcimento dos prejuízos advindos com o deferimento da tutela provisória posteriormente revogada por sentença que extingue o processo sem resolução de mérito, sempre que possível, deverá ser liquidado nos próprios autos. STJ. 3ª Turma. REsp 1.770.124-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 21/05/2019 (Info 649)."

A alternativa C está incorreta. O indeferimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente por reconhecimento de prescrição impede que a parte formule o pedido principal, conforme o art. 310 do Código de Processo Civil: " Art. 310. O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição."

A alternativa D está incorreta. Não é admitido o cumprimento provisório de astreintes fixadas em tutela antecedente. Assertiva em desconformidade com o entendimento do STJ: "A Corte Especial, em âmbito de recurso repetitivo - REsp n. 1.200.856/RS, Relator Ministro Sidnei Beneti -, entendeu que a "multa diária prevista no § 4º do art. 461 do CPC [1973], devida desde o dia em que configurado o descumprimento, quando fixada em antecipação de tutela, somente poderá ser objeto de execução provisória após a sua confirmação pela sentença de mérito e desde que o recurso eventualmente interposto não seja recebido com efeito suspensivo". 2. Não houve modificação desse entendimento com o advento do novo Código de Processo Civil. EAREsp 1.883.876".

A alternativa E está incorreta. Caso não haja a formulação do pedido principal, a tutela cautelar requerida em caráter antecedente perde sua eficácia nos termos do artigo 309, inciso I do Código de Processo Civil: Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se: I - o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal;".

QUESTÃO 79. Com relação à modificação da competência, prevista no CPC, assinale a opção correta.

a) O ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.

b) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar riscos de prolação de decisões conflitantes desde que haja conexão entre eles.

c) A competência determinada em razão da matéria poderá ser derogada por convenção das partes.

d) Dá-se conexão entre duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

e) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema modificação da competência.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está incompleta, por isso encontra-se errada. Conforme o artigo 63, §5º do Código de Processo Civil: "Art. 63. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações. § 5º O ajuizamento de ação em juízo aleatório, entendido como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda, constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício."

A alternativa B está incorreta. Ainda que não haja conexão entre os processos que possam gerar riscos de prolação de decisões conflitantes eles poderão ser reunidos. Conforme o artigo 55, § 3º do Código de Processo Civil: "Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir. § 3º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles."

A alternativa C está incorreta. A competência determinada em razão da matéria não poderá ser derogada por convenção das partes, conforme artigo 62 do CPC: "Art. 62. A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes."

A alternativa D está correta. A assertiva descreve o artigo 55 do CPC, observe: "Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir."

A alternativa E está incorreta. A assertiva conceitua a continência, conforme o artigo 56 do CPC: "Art. 56. Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais."

QUESTÃO 80. No que diz respeito às provas no direito processual civil, assinale a opção correta.

a) Equipara-se às regras de experiência comum o conhecimento técnico ou científico do magistrado, o qual pode, com base nisso, dispensar a realização de perícia para avaliar bem imóvel objeto de penhora.

b) O juiz não pode atribuir o ônus da prova de modo diverso do previsto em lei na hipótese de excessiva dificuldade da parte de cumprir o encargo.

c) A confissão judicial, espontânea ou provocada, a depender das circunstâncias em que emitida, pode fazer prova contra o confitente e os litisconsortes.

d) É nula perícia elaborada por perito médico não especialista na área de conhecimento da perícia.

e) No procedimento de produção antecipada de prova, a previsão expressa do CPC de que não se admitirá defesa ou recurso não comporta interpretação meramente literal, sob pena de se incorrer em grave ofensa ao correlato princípio processual, à ampla defesa, à isonomia e ao devido processo legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema provas no processo civil.

A alternativa A está incorreta. Assertiva encontra-se em desacordo com o entendimento do STJ, observe: " O conhecimento técnico ou científico de juiz sobre determinado mercado imobiliário não pode ser equiparado às regras de experiência comum previstas no art. 375 do Código de Processo Civil, sendo indispensável a realização de perícia para avaliar bem imóvel objeto de penhora. STJ. 3ª Turma. REsp 1.786.046-RJ, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 9/5/2023 (Info 774)."

A alternativa B está incorreta. O juiz pode atribuir o ônus da prova de modo diverso do previsto em lei na hipótese de excessiva dificuldade da parte de cumprir o encargo, conforme expresso no artigo 373, § 1º do CPC: "art. 373, § 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído."

A alternativa C está incorreta. A confissão judicial não pode fazer prova contra os litisconsortes. Conforme artigo 391 do CPC: "Art. 391. A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes."

A alternativa D está incorreta. A perícia elaborada por perito médico não especialista na área de conhecimento da perícia não é nula, conforme entendimento do STJ: "A perícia elaborada por perito médico não especialista na área de conhecimento da perícia não acarreta a nulidade do laudo pericial, desde que os elementos concretos revelem que essa circunstância não comprometerá a idoneidade da prova. REsp n. 2.121.056/PR"

A alternativa E está correta. Assertiva em conformidade com entendimento do STJ. Observe: " 6. É de se reconhecer, portanto, que a disposição legal contida no art. 382, § 4º, do Código de Processo Civil não comporta interpretação meramente literal, como se no referido procedimento não houvesse espaço algum para o exercício do contraditório, sob pena de se incorrer em grave ofensa ao correlato princípio processual, à ampla defesa, à isonomia e ao devido processo legal. (REsp n. 2.037.088/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 7/3/2023, DJe de 13/3/2023.)"

QUESTÃO 81. Com base nas regras previstas no CPC a respeito da competência, assinale a opção correta.

a) A ação possessória imobiliária, deve ser proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

b) É competente o foro da situação da coisa para a propositura de ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, até mesmo aeronaves.

c) Em demanda em que seja ré sociedade sem personalidade jurídica, a competência é fixada de acordo com o domicílio do autor.

d) A competência é fixada por ocasião da distribuição da petição inicial, devendo-se considerar, contudo, eventuais alterações nos critérios de fixação da competência em razão do território, do valor ou da matéria.

e) A ação fundada em direito real sobre bens móveis deve ser proposta, em regra, de acordo com o critério *lex rei sitae*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema competência.

A alternativa A está correta. Em conformidade com o artigo 47, § 2º do CPC: "Art. 47. Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa. § 2º A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta."

A alternativa B está incorreta. A competência será do domicílio do autor ou do local do fato, conforme o artigo 53, inciso V do CPC: "Art. 53. É competente o foro: V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves."

A alternativa C está incorreta. A competência será do lugar em que a sociedade sem personalidade jurídica exerce suas atividades, conforme o art. 53, inciso III, alínea c do CPC: "Art. 53. É competente o foro: III - do lugar: c) onde exerce suas atividades, para a ação em que for ré sociedade ou associação sem personalidade jurídica;"

A alternativa D está incorreta. Não devem ser consideradas eventuais alterações nos critérios de fixação da competência após a sua distribuição ou registro, conforme o artigo 43 do CPC: " Art. 43. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta."

A alternativa E está incorreta. A ação fundada em direito real sobre bens imóveis deve ser proposta, em regra, de acordo com o critério *lex rei sitae*. Já em relação aos bens móveis deve ser observado o artigo 46 do CPC: "Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu."

QUESTÃO 82. Considerando o entendimento do STF e do STJ acerca de jurisdição, competência e efeitos das decisões e dos processos coletivos, assinale a opção correta.

a) A eficácia do título judicial resultante de ação coletiva promovida por sindicato de âmbito estadual está restrita aos integrantes da categoria profissional, filiados ou não, com domicílio necessário na base territorial da entidade sindical autora, bem como àqueles em exercício provisório ou em missão em outra localidade.

b) A propositura de ação civil pública não impede o ajuizamento de ação individual com idêntico objeto e causa de pedir, nem interrompe o prazo prescricional de eventual demanda individual já proposta.

c) Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional, a fixação da competência deverá ser firmada pela melhor efetivação dos direitos fundamentais.

d) Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve ser fixada no foro do Distrito Federal.

e) A sentença prolatada em ação civil pública fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema jurisdição, competência e efeitos das decisões e dos processos coletivos.

A alternativa A está correta. Assertiva em conformidade com a tese firmada pelo STJ: "A eficácia do título judicial resultante de ação coletiva promovida por sindicato de âmbito estadual está restrita aos integrantes da categoria profissional, filiados ou não, com domicílio necessário (art. 76, parágrafo único, do Código Civil) na base territorial da entidade sindical autora e àqueles em exercício provisório ou em missão em outra localidade." REsp n. 1.966.058/AL.

A alternativa B está incorreta. A propositura de Ação Civil Pública interrompe a contagem do prazo prescricional. Assim, a alternativa está em desconformidade com o entendimento do STJ: "...A ação civil pública interrompe a contagem do prazo prescricional quando possuir idêntica causa de pedir da demanda individual... AgInt no AgInt no AREsp 1936605/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/03/2022, DJe 24/03/2022."

A alternativa C está incorreta. A competência é fixada pela prevenção, conforme entendimento do STF: " III - Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas. STF. Plenário. RE 1101937/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 7/4/2021 (Repercussão Geral – Tema 1075) (Info 1012)."

A alternativa D está incorreta. Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência pode ser fixada no foro do Distrito Federal. Conforme entendimento do STF: "II - Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei nº

8.078/90 (CDC). STF. Plenário. RE 1101937/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 7/4/2021 (Repercussão Geral – Tema 1075) (Info 1012).”

A alternativa E está incorreta. A assertiva menciona o conteúdo do art. 16 da Lei nº 7.347/85, mas o STF entendeu ser inconstitucional. Assim, a sentença prolatada em ação civil pública não se limita à competência territorial do órgão prolator. Observe o entendimento do STF: "I - É inconstitucional o art. 16 da Lei nº 7.347/85, alterada pela Lei nº 9.494/97. STF. Plenário. RE 1101937/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 7/4/2021 (Repercussão Geral – Tema 1075) (Info 1012).

QUESTÃO 83. No que diz respeito a provas em espécie, assinale a opção correta de acordo com o CPC.

a) Em regra, a confissão é indivisível, admitindo-se, entretanto, a sua cisão quando o confitente aduzir fatos novos capazes de constituir fundamento de defesa de direito material.

b) Vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.

c) O juiz somente pode indeferir a prova pericial quando a prova do fato não depender de conhecimento técnico especial ou quando a verificação da prova for impraticável.

d) A confissão é irrevogável e somente pode ser anulada se decorrer de coação.

e) Nos casos de impugnação da autenticidade de prova documental, o ônus da prova caberá àquele que impugnou a sua autenticidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema provas em espécies.

A alternativa A está correta. Em conformidade com o artigo 395 do CPC: "Art. 395. A confissão é, em regra, indivisível, não podendo a parte que a quiser invocar como prova aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável, porém cindir-se-á quando o confitente a ela aduzir fatos novos, capazes de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção."

A alternativa B está incorreta. Neste caso não valerá como confissão, conforme o artigo 392 do CPC: "Art. 392. Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis."

A alternativa C está incorreta. O artigo 464 do CPC elenca outras hipóteses em que o juiz poderá indeferir a prova pericial: "Art. 464. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação. § 1º O juiz indeferirá a perícia quando: I - a prova do fato não depender de conhecimento especial de técnico; II - for desnecessária em vista de outras provas produzidas; III - a verificação for impraticável."

A alternativa D está incorreta. A confissão também poderá ser anulada se decorreu de erro de fato, conforme o artigo 393 do CPC: " Art. 393. A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação."

A alternativa E está incorreta. O ônus da prova caberá a quem produziu o documento, conforme o artigo 429, inciso II do CPC: "Art. 429. Incumbe o ônus da prova quando: II - se tratar de impugnação da autenticidade, à parte que produziu o documento."

QUESTÃO 84. Consoante o CPC, no procedimento da tutela de urgência, cessa a eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente se

- I. o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal.**
- II. não for efetivada a tutela em, no máximo, 15 dias.**
- III. o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor.**
- IV. o juiz extinguir o processo sem resolução do mérito.**

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I, II e III estão certos.**
- b) Apenas os itens I, II e IV estão certos.**
- c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.**
- d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema tutela.

O item I está correto. Em conformidade com o artigo 309, inciso I do CPC: "Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se: I - o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal;"

O item II está incorreto. O prazo é de 30 dias conforme o artigo 309, inciso II do CPC: Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se: II - não for efetivada dentro de 30 (trinta) dias;"

O item III está correto. Em conformidade com o artigo 309, inciso III do CPC: "Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se: III - o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinguir o processo sem resolução de mérito."

O item IV está correto. Em conformidade com o artigo 309, inciso III do CPC: "Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se: III - o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinguir o processo sem resolução de mérito."

QUESTÃO 85. O sistema tributário nacional (STN) compreende o conjunto de normas constitucionais e infraconstitucionais que disciplinam a tributação. A complexidade de tal sistema advém tanto da disciplina constitucional quanto do modelo federativo adotado, caracterizado pela autonomia recíproca entre União e estados-membros e municípios, constituindo-se, assim, a pluralidade de pessoas dotadas de competência legislativa para instituir tributos. A respeito dos tributos, julgue os itens que se seguem.

I. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, ainda que constitua sanção de ato ilícito, como é o caso da taxa para retirada de veículo apreendido por infração de trânsito, que inclui custos de guincho e estadia no pátio.

II. De acordo com disposição literal do CTN, são tributos os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.

III. A Constituição Federal de 1988 prevê cinco espécies tributárias: impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema sistema tributário nacional.

O item I está incorreto. O tributo não se constitui como sanção de ato ilícito, conforme dispõe o CTN no Art. 3º: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”;

O item II está correto. De acordo com o CTN Art. 5º: “Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.”;

O item III está correto. A Constituição Federal adota a teoria pentapartida, prevendo cinco espécies tributárias, conforme Art. 145: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: I - impostos; II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.”; c/c Art. 148: “A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios: I - para atender a despesas extraordinárias,

decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b".Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.”; c/c Art. 149: “Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.”.

QUESTÃO 86. A respeito do fato gerador da obrigação tributária, assinale a correta de acordo com o CTN e a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida lei ou no regulamento do fisco como necessária e suficiente à sua ocorrência.

b) É permitido que a autoridade administrativa desconsidere atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo, observados os procedimentos previstos em lei ordinária, sendo tal prática considerada constitucional pelo STF.

c) O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação na forma da legislação aplicável, imponha necessariamente a prática de um ato que estabeleça comportamentos comissivos ao sujeito passivo da obrigação tributária.

d) A definição legal do fato gerador deve ser interpretada abstraindo-se apenas os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

e) Em se tratando de situação jurídica, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos desde o momento em que se verificam as circunstâncias materiais necessárias para a produção dos efeitos que normalmente lhe são próprios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema fato gerador da obrigação tributária.

A alternativa A está incorreta. O fato gerador da obrigação principal é definido somente por lei, e não por regulamento, conforme dispõe o Art. 114 do CTN: “Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.”;

A alternativa B está correta. Conforme dispõe o CTN no Art. 116: “Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios; II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável. Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.”;

A alternativa C está incorreta. Segundo a definição do CTN no Art. 115: “Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.”;

A alternativa D está incorreta. Conforme disposto no Art. 118: “ A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se: I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos; II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.”;

A alternativa E está incorreta. Deve-se considerar a possibilidade de elisão fiscal, hipótese na qual há a diminuição lícita dos valores tributários devidos, pois o contribuinte evita a relação jurídica geradora da obrigação tributária, o que se difere da evasão fiscal, na qual o contribuinte atua de forma a ocultar fato gerador para omitir-se ao pagamento da obrigação tributária devida.

QUESTÃO 87. A respeito do fato gerador dos tributos, à luz do CTN e do entendimento jurisprudencial do STJ, julgue os itens seguintes.

I. O CTN consagra o princípio do non olet, segundo o qual o produto de atividade ilícita é passível de tributação, desde que realizada, no mundo dos fatos, a hipótese de incidência da obrigação tributária.

II. Eventual renda obtida por meio de tráfico de drogas deve ser tributada, já que o que se tributa é o aumento patrimonial, e não o tráfico em si, sendo a ilicitude circunstância acidental à aplicação da norma de tributação.

III. De acordo com o STJ, no caso de importação ilícita de mercadorias, reconhecida a sua ilicitude e aplicada a pena de perdimento dos bens àquele que realizou a importação, não lhe poderá ser cobrado o imposto de importação, já que a conduta de importar mercadorias é elemento essencial do tipo tributário e a ilicitude da importação afeta a própria incidência da regra tributária.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema fato gerador de tributos. Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. O princípio da pecunia non olet é positivado no Art. 118 do CTN: “ A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se: I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos; II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.”;

O item II está correto. Conforme já explicitado, tal entendimento é decorrência do princípio da pecunia non olet;

O item III está correto. Corresponde ao entendimento fixado no julgamento do Resp nº 984.607 - PR (2007/0210571-4), que afasta o princípio da pecunia non olet, pois considera que a ilicitude da importação afeta a incidência tributária.

QUESTÃO 88. Em relação aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, julgue os itens seguintes, de acordo com o CTN.

I. As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem, em qualquer hipótese, ser opostas à fazenda pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

II. A pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária é denominada sujeito passivo da obrigação principal.

III. Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema sujeitos passivos e ativos da obrigação tributária.

O item I está incorreto. Dispõe o Art. 123 que: “Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.”;

O item II está correto. De acordo com o Art. 121 do CTN: “Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.”;

O item III está correto. Segundo o CTN no Art. 119: “Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.”.

QUESTÃO 89. Acerca da capacidade tributária, assinale a opção correta de acordo com as disposições do CTN.

a) Uma pessoa jurídica em situação irregular por lhe faltar a regular inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas, mesmo que configure uma unidade econômica ou profissional, não pode ser tributada.

b) O domicílio tributário das pessoas jurídicas de direito privado, assim como o das firmas individuais, corresponde ao lugar de sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o lugar de cada estabelecimento.

c) A capacidade tributária passiva depende de a pessoa natural considerar-se sujeita a medidas que importem, por exemplo, a privação ou limitação do exercício de atividades civis ou da administração direta de seus bens ou negócios.

d) Considera-se domicílio tributário de uma pessoa natural a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, qualquer local onde a pessoa possa ser encontrada.

e) A capacidade tributária passiva, isto é, a aptidão de uma pessoa para figurar no polo passivo de uma obrigação tributária, depende de sua capacidade civil, de modo que uma pessoa absolutamente incapaz não pode ser sujeito passivo de uma obrigação tributária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema capacidade tributária.

A alternativa A está incorreta. Segundo o CTN no Art. 126: “A capacidade tributária passiva independe: III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.”;

A alternativa B está correta. Conforme dispõe o Art. 127 do CTN: “Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal: I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade; II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento; III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.”;

A alternativa C está incorreta. Prevê o CTN expressamente no Art. 126 que: “A capacidade tributária passiva independe: I - da capacidade civil das pessoas naturais; II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas

que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.”;

A alternativa D está incorreta. É o local habitual de sua atividade, conforme dispõe o art. 127 do CTN: “Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal: I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.”;

A alternativa E está incorreta. Capacidade tributária não se confunde com capacidade civil, conforme prevê o CTN no Art. 126 que: “A capacidade tributária passiva independe: I - da capacidade civil das pessoas naturais.”.

QUESTÃO 90. O poder de tributar é expressão da soberania estatal, mas não é absoluto. Ao contrário, é moldado por um conjunto de limitações constitucionais que atuam como garantias individuais e coletivas contra os abusos do fisco. A respeito das limitações ao poder de tributar, julgue os itens subsecutivos.

I. De acordo com o STF, aplica-se a imunidade tributária às importações de discos de vinil que contenham obras de artistas brasileiros e tenham sido produzidos no Paraguai, visto que o intuito da norma imunizante é a proteção da criação intelectual brasileira de fonogramas videofonogramas musicais, independentemente de onde tenha sido criada ou produzida a obra.

II. A imunidade tributária sobre livros, jornais e periódicos se estende aos livros eletrônicos ou digitais, uma vez que a interpretação acerca das imunidades tributárias deve considerar os novos fenômenos sociais, culturais e tecnológicos, evitando-se esvaziamento das normas imunizantes por mero lapso temporal e visando-se à constante atualização do alcance de seus preceitos.

III. É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir impostos sobre o patrimônio, a renda e o serviço das entidades religiosas e dos templos de qualquer culto, desde que relacionados com suas atividades essenciais, representando tal vedação uma imunidade subjetiva.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema imunidades tributárias. Primeiramente analisemos item a item.

O item I está incorreto. Conforme definido pelo STF no julgamento do ARE 1.244.302 :”A imunidade tributária prevista no art. 150, inciso VI, alínea 'e', da Constituição Federal não se aplica às importações de suportes materiais produzidos fora do Brasil, ainda que contenham obra musical de artista brasileiro.”;

O item II está correto. O STF fixou a seguinte tese no julgamento do RE 330817: “A imunidade tributária constante do artigo 150, VI, “d”, da Constituição Federal, aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo. Para o RE 595676 os ministros assinalaram que “a imunidade tributária da alínea “d” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados exclusivamente a integrar unidades didáticas com fascículos”;

O item III está correto. Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.”.

QUESTÃO 91. No que diz respeito à prescrição e à decadência do crédito tributário e à solidariedade na responsabilidade tributária, assinale a opção correta.

a) A isenção ou remissão de um crédito tributário outorgada pessoalmente a um dos devedores solidários exonera os demais obrigados ao pagamento do crédito tributário.

b) O pagamento efetuado por um dos devedores solidários obrigados não aproveita aos demais, caso seja realizado contrariamente ao interesse dos codevedores.

c) Somente as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador serão solidariamente obrigadas ao pagamento do tributo.

d) Na solidariedade tributária, deve ser observado o benefício de ordem: a cobrança dos devedores solidários deve respeitar a sequência previamente estabelecida na lei.

e) Em uma ação de execução fiscal contra um dos devedores solidários, a interrupção da prescrição por meio de despacho do juiz que ordenar a citação do referido devedor se estenderá aos demais devedores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema solidariedade tributária.

A alternativa A está incorreta. Conforme o Art. 125 do CTN: “Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade: II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.”;

A alternativa B está incorreta. Não comporta benefício de ordem, conforme dispõe o CTN no Art. 124: “São solidariamente obrigadas: Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.”;

A alternativa C está incorreta. De acordo com o Art. 124 do CTN: “São solidariamente obrigadas: I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal; II - as pessoas expressamente designadas por lei.”;

A alternativa D está incorreta. Não há benefício de ordem, conforme dispõe o CTN no Art. 124: “São solidariamente obrigadas: Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.”;

A alternativa E está correta. É o que dispõe o Art. 125 do CTN: “Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade: III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.”.

QUESTÃO 92. Acerca da suspensão e da extinção do crédito tributário, assinale a opção correta.

a) Caso a legislação tributária não fixe tempo para o pagamento do crédito tributário, o seu vencimento ocorrerá quinze dias depois da data em que se considerar notificado do lançamento tributário o sujeito passivo.

b) Um contribuinte que possua um débito fiscal não poderá obter a extinção da obrigação tributária com a mera dação em pagamento em bens imóveis, ainda que o valor dos bens seja suficiente para a satisfação do débito, dada a falta de liquidez imediata dos referidos bens.

c) A moratória não pode ser concedida em caráter geral, devendo sê-lo em caráter individual, por meio de despacho da autoridade administrativa.

d) Não se admite a compensação de crédito tributário como meio para a extinção de um crédito tributário, por ausência de previsão legal.

e) Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, entre outras causas, a moratória, o depósito do seu montante integral, as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, e o parcelamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema suspensão e extinção do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta. Segundo o CTN prevê no Art. 160: “Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.”;

A alternativa B está incorreta. A dação em pagamento está prevista como modalidade de extinção do crédito no Art. 156 do CTN: “Extinguem o crédito tributário: XI – a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.”;

A alternativa C está incorreta. Dispõe o Art. 152 do CTN que: “A moratória somente pode ser concedida :I- em caráter geral a) pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira; b) pela União, quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando simultaneamente concedida quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado; II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei nas condições do inciso anterior.”;

A alternativa D está incorreta. De acordo com o Art. 156 do CTN: “Extinguem o crédito tributário:II - a compensação;”;

A alternativa E está correta. Prevê o CTN no Art. 151 que: “ Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória; II - o depósito do seu montante integral; III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança; V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001) VI – o parcelamento. (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001).Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.”.

QUESTÃO 93. A inversão do ônus da prova em matéria ambiental é corolário do princípio:

a) do risco integral.

b) do poluidor-pagador.

c) da vedação ao retrocesso ambiental

d) da prevenção.

e) da precaução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema princípios do direito ambiental.

A alternativa A está incorreta. A teoria do risco integral funda-se em um regime jurídico diferenciado que não admite excludentes de responsabilidade;

A alternativa B está incorreta. O princípio do poluidor-pagador é um instrumento econômico que exige que o poluidor suporte as despesas de prevenção, reparação e repressão de danos ambientais;

A alternativa C está incorreta. Fundamenta-se no fato de que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental e como tal, tem como prerrogativa buscar a proteção máxima dos direitos consagrados na Constituição Federal contra qualquer medida normativa ou política de supressão ou enfraquecimento;

A alternativa D está incorreta. Esse princípio busca evitar o perigo concreto (comprovado cientificamente) ao meio ambiente, cujo risco é certo e conhecido. A atividade será realizada e serão tomadas as medidas para evitar ou minimizar os danos;

A alternativa E está correta. Conforme fixado pelo STJ no julgamento do REsp 1.060.753/SP: “O princípio da precaução justifica a inversão do ônus probatório em casos de danos ambientais, especialmente quando há indícios suficientes que apontam a relação entre o acidente ambiental e os prejuízos alegados.”. Ainda de acordo com o STJ “Os princípios da precaução e do *in dubio pro natura* servem de fundamento para a inversão do ônus probatório, de modo a atribuir a quem supostamente promoveu o dano ambiental a prova de que não o causou ou de que a substância lançada ao meio ambiente não lhe é potencialmente lesiva.”.

QUESTÃO 94. De acordo com o Código Florestal, o uso de fogo na vegetação em locais cujas peculiaridades o justifiquem para práticas agropastoris ou florestais poderá ser permitido mediante prévia aprovação do

a) órgão gestor de unidades de conservação competente.

b) sindicato de classe dos trabalhadores da agricultura.

c) órgão municipal ambiental competente.

d) órgão estadual ambiental competente do SISNAMA.

e) conselho estadual de meio ambiente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Código Florestal.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas. Ausência de previsão legal;

A alternativa D está correta. Corresponde ao previsto no Código Florestal no Art. 38: “É proibido o uso de fogo na vegetação, exceto nas seguintes situações: I - em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente do Sisnama, para cada imóvel rural ou de forma regionalizada, que estabelecerá os critérios de monitoramento e controle.”;

QUESTÃO 95. Considerando-se as sanções penais e administrativas cabíveis em razão de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, é correto afirmar que a pena privativa de liberdade, poderá ser substituída por pena restritiva de direitos em função

- a) de limitação significativa da degradação ambiental causada.
- b) da manifestação de arrependimento do infrator pela reparação espontânea do dano.
- c) da duração da pena, quando inferior a quatro anos.
- d) de colaboração do infrator com os agentes de controle ambiental.
- e) do baixo grau de instrução do infrator.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema crimes ambientais.

A alternativa A está incorreta. É circunstância atenuante da pena, conforme dispõe o Art. 14 da Lei de Crimes ambientais: “São circunstâncias que atenuam a pena: II - arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada;”;

A alternativa B está incorreta. É também circunstância atenuante da pena, conforme dispõe o mesmo Art. 14 da Lei de Crimes ambientais: “São circunstâncias que atenuam a pena: II - arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada;”;

A alternativa C está correta. Conforme dispõe o Art. 7º da Lei de Crimes ambientais: “As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando: I - tratar-se de crime culposo ou for aplicada a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos;”;

A alternativa D está incorreta. É circunstância atenuante da pena, conforme dispõe o Art. 14 da Lei de Crimes ambientais: “São circunstâncias que atenuam a pena: IV - colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.”;

A alternativa E está incorreta. É circunstância atenuante da pena, conforme dispõe o Art. 14 da Lei de Crimes ambientais: “São circunstâncias que atenuam a pena: I - baixo grau de instrução ou escolaridade do agente;”.

QUESTÃO 96. Conforme O Decreto nº 6.514/2008, se caracterizada reincidência do infrator três anos após decisão administrativa que o condenou por infração ambiental de mesma natureza, será aplicável a ele

- a) nova advertência.
- b) multa em dobro.

c) multa em triplo.

d) multa em dobro ou detenção.

e) multa em triplo ou detenção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas. Não há previsão legal neste sentido.

A alternativa C está correta. Conforme dispõe o Art. 11 do Decreto nº 6.514/2008: “O cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de cinco anos, contado da data em que a decisão administrativa que o tenha condenado por infração anterior tenha se tornado definitiva, implicará: I - aplicação da multa em triplo, no caso de cometimento da mesma infração; ou II - aplicação da multa em dobro, no caso de cometimento de infração distinta.”;

QUESTÃO 97. De acordo com o Decreto nº 6.514/2008, a sanção de advertência poderá ser aplicada em razão do cometimento de infrações administrativas contra o meio ambiente, mediante a lavratura de auto de infração, quando

a) o prazo para sanar irregularidades for inferior a seis meses.

b) a multa por unidade de medida for equivalente a um salário-mínimo.

c) não couber a aplicação da sanção de multa.

d) a multa consolidada for equivalente a um salário-mínimo.

e) a multa por unidade de medida não exceder o valor de mil reais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas. Não há previsão legal neste sentido.

A alternativa E está correta. Conforme prevê o Art. 5º do Decreto nº 6.514/2008: “A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório. § 1º Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa consolidada não ultrapasse

o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) ou, na hipótese de multa por unidade de medida, não exceda o valor referido.”.

QUESTÃO 98. Segundo a Lei nº 9.605/1998, é circunstância que agrava a pena por crime ambiental, quando não o constitui ou o qualifica, o fato de o agente tê-lo praticado

- a) em concurso de pessoas.
- b) após o cometimento de duas ou mais infrações ambientais.
- c) de forma a atingir espécies nativas.
- d) em colaboração com agentes encarregados da vigilância ambiental.
- e) em período de defeso à fauna.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema crimes ambientais.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas. Não há previsão legal neste sentido.

A alternativa E está correta. É o que dispõe a lei de crimes ambientais no Art. 15: “São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: II - ter o agente cometido a infração: g) em período de defeso à fauna”.

QUESTÃO 99. Assinale a opção correspondente à categoria de unidade de conservação definida pela Lei nº 9.985/2000 como área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e destinada ao objetivo de manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o seu uso admissível, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

- a) A estação ecológica
- b) reserva particular do patrimônio natural
- c) reserva de desenvolvimento sustentável
- d) área de proteção ambiental
- e) área de relevante interesse ecológico

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema unidades de conservação.

A alternativa A está incorreta. Conforme a Lei nº 9.985/2000, Art. 9º: “A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.”;

A alternativa B está incorreta. De acordo com a Lei nº 9.985/2000, Art. 21: “A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.”;

A alternativa C está incorreta. Como define o Art. 20 da Lei nº 9.985/2000: “A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.”;

A alternativa D está incorreta. O Art. 15 da Lei nº 9.985/2000 dispõe que: “A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.”;

A alternativa E está correta. Corresponde ao previsto na Lei nº 9.985/2000, Art. 16: “A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. § 1º A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas. § 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico.”.

QUESTÃO 100. O dever de recuperar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente, independentemente da existência de culpa, é um atributo característico da

- a) reparação integral.
- b) responsabilidade subjetiva.
- c) **tríplice responsabilidade.**
- d) responsabilidade objetiva.
- e) teoria do dano integral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema responsabilidade por dano ambiental.

A alternativa A está incorreta. O dever de reparação integral não se confunde com a responsabilidade do causador do dano;

A alternativa B está incorreta. A responsabilidade pelo dano ambiental é objetiva e não subjetiva;

A alternativa C está incorreta. Não há previsão legal de responsabilidade tríplice;

A alternativa D está correta. Conforme fixou o STJ no julgamento do Tema 681: “A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar.”;

A alternativa E está incorreta. Não existe na doutrina e nem na jurisprudência menção a esta nomenclatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJurídica](#) / [yasminushara](#)